



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1263/08	DATA: 10/09/2008
INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 19h33min	DURAÇÃO: 4h17min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h16min	PÁGINAS: 115	QUARTOS: 52

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Diretor do Departamento de Contra-Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião de audiência pública foi transformada em reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Havendo número regimental, declaro aberta a 63^a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomada de depoimento do Sr. Paulo Maurício Fortunato Pinto, Diretor do Departamento de Contra-Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, ABIN; e do Sr. Aílton Carvalho de Queiroz, Chefe da Sessão de Operações da Secretaria de Segurança do Supremo Tribunal Federal, e para deliberação de requerimentos.

Convido o Sr. Paulo Maurício Fortunato Pinto para tomar assento à mesa e solicito ao Sr. Aílton Carvalho de Queiroz que aguarde o momento da tomada do seu depoimento na sala da CPI.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço aos senhores presentes atenção para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente na Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpelações. O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para fazer as suas interpelações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente. Cada depoente inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer as suas interpelações, computados nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: *“de que sob palavra de honra e a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado”*.

Com a palavra o Sr. Paulo Maurício Fortunato Pinto, por até 20 minutos para as considerações iniciais.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Boa tarde. Exmo. Sr. Deputado Marcelo Itagiba, digno Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das Escutas Telefônicas Clandestinas; Exmo. Sr. Deputado Nelson Pellegrino, Relator desta Comissão; Exmos. Srs. Deputados presentes, senhoras e senhores,



boa tarde. Gostaria de agradecer a oportunidade de ser ouvido por esta Comissão, que vem realizando um trabalho da mais alta relevância para o nosso País. E permita-me, Sr. Presidente, Deputado Marcelo Itagiba, concordar com V.Exa. quando diz que a CPI funciona como um raio X que identifica o que há por trás da "caixa preta" das escutas telefônicas legais e ilegais. Considero as escutas telefônicas clandestinas uma conduta gravíssima e criminosa, por violar garantias constitucionais de proteção à vida privada e à intimidade dos cidadãos. Em suma, é um câncer que deteriora o Estado Democrático de Direito. Inicialmente, rapidamente gostaria de me apresentar, pois sei que o mais importante aqui é estar disponível para responder às perguntas de V.Exas. Sou natural da cidade do Rio de Janeiro. Tenho 48 anos. Iniciei minha carreira na atividade de Inteligência no ano de 1982, com apenas 22 anos, quando ainda cursava o curso de Ciências Econômicas na cidade do Rio de Janeiro. Naquele ano, a Caixa Econômica Federal estava recrutando universitários com pelo menos metade do curso superior em andamento para participar de um projeto chamado Projeto Ouro, que tinha como missão principal coordenar os garimpos de Serra Pelada e Cumaru, localizados no Sul do Estado do Pará. Na ocasião, o órgão federal responsável pela coordenação dos trabalhos era o extinto Serviço Nacional de Informações. Fui contratado, junto com 11 colegas, pela Caixa, como autônomo, mas exercia minhas funções, quando não estava no garimpo, nas instalações da Agência Central do SNI. No ano de 1983, o Projeto Ouro foi extinto, e fui contratado, pelo extinto Serviço Nacional de Informações, no dia 3 de julho de 1983, como auxiliar de informações. Ai já se vão 25 anos de serviços prestados ao País, onde, em muitos momentos, deixei de compartilhar do convívio familiar. Até a presente data, não constam registros desabonadores à minha conduta pessoal e/ou profissional, conforme certidão que requeri e foi emitida pela Agência Brasileira, a qual gostaria de passar às mãos do Exmo. Sr. Deputado Nelson Pellegrino, digno Relator desta Comissão. Exerci diversas funções ao longo da minha carreira, desde auxiliar até chegar à função de Diretor de Departamento. Participei de diversos cursos no Brasil e no exterior, tendo exercido as seguintes funções: Chefe do Setor de Acompanhamento ao Crime Organizado na Superintendência do Rio de Janeiro; Chefe do Escritório de Vitória, hoje Superintendência Estadual; Coordenador Administrativo da Superintendência



Rio de Janeiro; Gerente de Contra-Inteligência da Superintendência Rio de Janeiro; Coordenador-Geral da Agência Regional Mato Grosso do Sul da ABIN, atual Superintendência Estadual; Coordenador-Geral de Análise do Crime Organizado na nossa sede em Brasília; Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência na nossa sede em Brasília; Coordenador Executivo do Centro de Inteligência dos Jogos Pan-Americanos realizados na cidade do Rio de Janeiro, no ano 2007; ex-Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF. Senhores, não vou cansá-los com conceitos sobre a atividade de Inteligência, pois estes já foram muito bem abordados pelo Dr. José Milton Campana, Diretor-Adjunto da ABIN, em seu depoimento a esta Comissão. Gostaria neste momento, com a permissão do Exmo. Sr. Deputado Marcelo Itagiba, de fazer um breve histórico sobre o apoio da ABIN à Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal durante a Operação Satiagraha. Para recordar, senhores, em seu depoimento a esta Comissão, o Delegado Protógenes Queiroz informou que se valeu de alguns amigos que tinha na ABIN para o apoio. Com suas palavras naquele momento, ficou a impressão para os senhores, para a imprensa e até mesmo para a opinião pública que o apoio teria sido informal, ou, como alguns estão dizendo, "uma ação entre amigos" — entre aspas. Gostaria de deixar bem claro que, por parte da Agência Brasileira de Inteligência, não foi. Dentro de nossa estrutura, temos controles rígidos, que dificilmente um agente de campo teria condições de atuar por muito tempo, isoladamente, sem ser detectado. O controle dos trabalhos é centralizado nos diversos departamentos em Brasília. Como exemplo, um superintendente estadual não tem autonomia para iniciar uma operação sem a autorização de nossa sede. Para que fique bem claro para os senhores, para a imprensa e para a opinião pública, dividi esta explicação em alguns tópicos. Vou discorrer sobre alguns tópicos. Gostaria, ainda, de apelar aos Srs. Deputados para que as identidades de servidores possam ser preservadas, em função da natureza de suas funções. O primeiro tópico: aproximação do delegado com servidores da ABIN. A aproximação do Delegado Protógenes Queiroz com servidores da ABIN deu-se em função de o mesmo ter participado do Curso de Inteligência Estratégica da Escola Superior de Guerra no período de março a julho do ano de 2006, onde teve como colega de turma um servidor da ABIN, lotado no Rio de Janeiro. Durante



a realização do curso da ESG, o servidor da ABIN, acompanhado do Delegado Protógenes e de outros colegas de turma, como de praxe daquela instituição, a ESG, visitou as instalações da Superintendência Estadual no Rio de Janeiro, ocasião em que os apresentou ao Superintendente Estadual. Este item 1 é para explicar para os senhores como se deu a aproximação do Delegado Queiroz com os servidores da ABIN. Isso é uma atitude normal para quem está fazendo curso ou convive na comunidade de inteligência. O item 2 dessa explicação: pedido de apoio do delegado. Na segunda quinzena do mês de fevereiro do ano de 2008, o Superintendente do Rio de Janeiro foi procurado pelo Delegado Protógenes quando foi aventada a possibilidade de a ABIN apoiá-lo em uma investigação que estava em curso há mais de 4 anos e estava prestes a ser deflagrada. Na ocasião, o Delegado Protógenes informou que estava com carência de recursos humanos para desenvolver seus trabalhos e aventou a possibilidade de que a ABIN viesse a apoiá-lo em pesquisas, em bancos de dados, de pessoas físicas e jurídicas e em ações de levantamentos, com a finalidade de confirmar endereços comerciais e residências de interesse do seu trabalho. O período do apoio seria por cerca de 1 mês. O item 3: a autorização para o apoio. Ainda em fevereiro de 2008, o Superintendente do Rio de Janeiro comunicou a mim, que na ocasião exercia a função de Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência, o teor da reunião que teve com o Delegado Protógenes no Rio de Janeiro, oportunidade que consultou da possibilidade ou não do apoio. Seguindo nossa estrutura hierárquica, encaminhei verbalmente a solicitação do Delegado Protógenes ao conhecimento do Diretor-Adjunto Dr. José Milton Campana. Na ocasião, o Diretor-Adjunto disse que seria uma boa oportunidade para integração entre a ABIN e a Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal, já que esta, a Diretoria, representa o Departamento de Polícia Federal no Sistema Brasileiro de Inteligência. Ressaltou que o apoio, caso autorizado, deveria ficar restrito à necessidade apresentada pelo delegado inicialmente. Informou ainda que solicitaria autorização do Sr. Diretor-Geral da ABIN. No dia seguinte, dando continuidade, o Diretor-Adjunto me chamou ao seu gabinete e me informou que o Diretor-Geral tinha autorizado o apoio ao DPF. Na mesma reunião — entre a minha pessoa e o Diretor Adjunto — ficou decidido que o Departamento de Contra-Inteligência iria prestar o apoio, em



função de ter operações de contra-inteligência em andamento em diversas regiões do País. Conseqüentemente, teria uma maior facilidade de recrutar agentes em todos os Estados — agentes servidores da ABIN. Ficou decidido ainda que o Coordenador de Operações de Contra-Espionagem, o meu substituto na época — atualmente é o Coordenador-Geral —, seria o encarregado pela ligação entre o Delegado e a ABIN. Dando continuidade: no início do mês de março de 2008, o Delegado Protógenes foi recebido na sede da Agência Brasileira de Inteligência, aqui em Brasília, pelo Diretor-Adjunto, para tomar ciência de que o Diretor-Geral havia autorizado o apoio da ABIN, dentro dos limites a que ela está submetida, pelo período de 1 mês. Na ocasião, também foi apresentado ao delegado o contato institucional da ABIN, que, na caso, era o Coordenador de Operações de Contra-Espionagem, que passaria a prestar o apoio solicitado ao delegado. O item 4 dessa explicação: os pedidos do Delegado Queiroz. Item “a”: 4 analistas para apoiá-lo em Brasília, que teriam como atribuição integrar dados de fontes abertas. O trabalho seria realizado nas dependências da Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal. Item “b”: agentes operacionais para atuar nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de confirmar endereços residenciais e comerciais, pelo período de 30 dias. Item 5: o apoio que foi dado. O apoio ao item 4, “a”, que foi 4 analistas para apoiar em Brasília, esses servidores...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Paulo, permita-me, não sei se eu me descuidei, mas V.Sa. disse, no item “a”, “4 analistas”. E quantos agentes operacionais? Item “b”.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, se o senhor me permitir, eu teria na seqüência como explicar isso aí. Posso...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por favor.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Quatro analistas para apoiar em Brasília, que teriam como atribuição integrar — vou voltar ao item 4 “a”, desculpa. Então, esses 4 servidores se apresentaram ao Delegado Protógenes na Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal, servidores efetivos do quadro da ABIN. O primeiro servidor ficou, aproximadamente, 3 semanas trabalhando, março a abril; o segundo, também no período de março a abril; o terceiro, 2 semanas, mais ou menos, sempre entre março a abril; e 1 servidor ficou



um tempo mais continuado, em função de uma prorrogação que foi pedida no período de março a julho. Com referência ao item “b”, que seriam agentes operacionais para atuar nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de confirmar endereços residenciais e comerciais, foram aproveitados trabalhos nossos, que nós já tínhamos na região, de contra-inteligência, que estavam em andamento, para o apoio. Como exemplo, posso citar, sem entrar em maiores detalhes, o roubo dos *laptops* da PETROBRAS, ocorrido em janeiro de 2008. Na ocasião, foi formada uma força-tarefa composta por servidores da ABIN e da Polícia Federal, onde foram utilizadas as instalações do Centro de Inteligência dos Jogos. Após o resultado da apuração, que teria havido um crime comum, o Departamento de Contra-Inteligência não desmobilizou o seu efetivo operacional, que tinha deslocado para a cidade do Rio de Janeiro, pois continuamos a processar outras informações, com a finalidade de realizar um levantamento de vulnerabilidades, para elaboração de um relatório de avaliação de risco — esta é uma das atribuições do Departamento de Contra-Inteligência: levantar ameaças — em São Paulo, o maior centro de pesquisas do País, temos diversos trabalhos e permanentes no acompanhamento de estrangeiros. Na cidade de São Paulo, esses servidores começaram a trabalhar no primeiro período, como foi solicitado. Excelência, vou agora responder à sua pergunta, mas eu vou fazer uma explicação para se chegar no total: uma atividade operacional, equipes de trabalho, nós não podemos deixar os servidores que se deslocam em viagens quando é montado algum trabalho — isso são estudos feitos — por mais de 20 dias, porque as pessoas ficam estressadas e não conseguem desenvolver mais o seu trabalho. Então, foram montadas escalas de trabalho para atender os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos, e, a partir daí, alguns servidores eram deslocados para atender esses apoios pontuais. Quais apoios? Preciso confirmar o endereço, preciso confirmar o endereço residencial, preciso confirmar o endereço comercial. Os pedidos eram esses. Então, a primeira equipe se deslocou, e servidores que não eram só de Brasília, nem de São Paulo, foram recrutados, como eu falei anteriormente, recrutados servidores permanentes do quadro da ABIN no primeiro período, de 10 a 29 de março; no segundo período, de 28 março a 16 de abril. Esse era o planejamento que nós tínhamos de trabalhos que estavam em desenvolvimento. E isso coincidiria com o período que foi solicitado



pelo delegado, de 30 dias de apoio, e o nosso trabalho depois iria continuar. Então, nessas primeiras 2 equipes, nós envolvemos na primeira 8 servidores; na segunda, 9 servidores, Excelência. Antes do encerramento dos 30 dias acordado, o Delegado Protógenes solicitou ao seu contato institucional na ABIN a prorrogação do apoio por mais um período, justificando que ainda não tinha concluído o seu trabalho. A solicitação do Delegado foi trazida a mim, que a levei ao Diretor-Adjunto da ABIN, que por sua vez obteve autorização do Diretor-Geral para a continuidade do apoio. Outras 2 solicitações de prorrogação ocorreram e tiveram o mesmo tratamento, resultando outras escalas — que essas escalas não eram as escalas para o trabalho do Delegado Protógenes. Eram trabalhos nossos, mas eu trouxe aqui para os senhores, eu sabia que essa pergunta ia ser feita, quantos servidores poderiam estar envolvidos nesse apoio. Então, foi montada uma outra escala, de 15 de abril a 9 maio; uma de 28 de março a 16 abril; uma de 21 de maio a 4 de junho; 8 a 30; 29 de maio a 18 de junho; 18 de junho a 7 de julho; e 8 de julho a 18 de julho, fazendo uma ressalva, para o apoio — eu iria falar mais à frente. Para o apoio, os apoios pararam de ser solicitados entre o dia 30 de junho e o dia 3 de julho. Então, essa escala que vai até dia 18 de julho, os servidores continuaram exercendo suas funções normais na ABIN. Rio de Janeiro: servidores escalaram-se, eles foram, se apresentaram no Rio de Janeiro, e a primeira equipe começou a trabalhar 30 de abril, e nós vínhamos trabalhando já com esse grupo no Rio de Janeiro, em função dos roubos dos *laptops* na PETROBRAS. A primeira equipe, 9 servidores, 9 servidores, 10 servidores. Essa conta, Excelência, se o senhor quiser depois eu posso passar, porque, em algum momento, os servidores se repetem. Então, pode dar um número maior se for uma conta simples. Então, só como exemplo, nós temos um período aqui que o servidor 33, ele repetiu a segunda escala 33...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em média.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Cinquenta e dois servidores, contando com os de Brasília, seria o total num período de 4 meses. O item 7, o encerramento do apoio. As solicitações de apoio por parte do Delegado Protógenes encerraram entre os dias 30 de junho e 3 de julho. Após 3 de julho, não ocorreram mais contatos institucionais entre a ABIN e o delegado. Gostaria de fazer um esclarecimento sobre a matéria veiculada na edição nº 2.027 da revista *ISTOÉ*,



de 10 de setembro de 2008, quando esta afirma que o Sr. Francisco Ambrósio do Nascimento teria coordenado as ações da ABIN durante o apoio dado à Polícia Federal. Isso não aconteceu. Para começar, gostaria de ressaltar que os servidores da ABIN que se apresentaram ao Delegado Protógenes não conheciam o Sr. Ambrósio, e os mesmos, quando se apresentaram ao delegado na sede do DPF. Incluo aqui, inclusive, nessa relação, como o nome dele já foi citado na revista, o oficial de inteligência Márcio Seltz, citado na matéria — esse é um oficial de inteligência concursado, que entrou na ABIN em 1999, tem 35 anos e que estava cumprindo uma função, uma ordem institucional e fez o seu trabalho dentro da DIP. Então, ele foi visto pelo Delegado Lorenz na ocasião, até porque ele já conhecia o Delegado Lorenz de outras atividades. Então, só para os senhores entenderem que a ABIN ela não estava fazendo nada escondido, nada no nosso entendimento que não fosse institucional. O item 2 desse esclarecimento: os servidores da ABIN ficaram sabendo que o Sr. Ambrósio era aposentado e que tinha sido ligado à atividade de Inteligência durante conversas informais entre eles. Eles trabalhavam todos num ambiente de trabalho com estações de trabalho. Eu vou explicar para os senhores. Os servidores da ABIN recebiam suas tarefas diretamente do Delegado Protógenes ou, quando este não estava, as recebiam de um escrivão de Polícia Federal. Todos trabalhavam... Esse grupo todo trabalhava em um único ambiente, numa sala localizada no 5º andar do edifício-sede do Departamento de Polícia Federal, onde funciona a Diretoria de Inteligência Policial. Neste ambiente, trabalhavam: o Delegado Protógenes, uma delegada de Polícia Federal, 1 agente de Polícia Federal, 1 escrivão de Polícia Federal, 2 peritos de Polícia Federal, 1 ou 2 servidores da ABIN, dependendo dos servidores da ABIN — não ficavam sempre os 4, havia um revezamento, e, depois de um momento, eles não ficaram mais, a maioria —, além, no mesmo ambiente, uma sala com várias estações de trabalho, do Sr. Ambrósio. Para terminar esses esclarecimentos, volto a afirmar que a ABIN não teve nenhuma participação no envolvimento do Sr. Ambrósio naquele contexto. Gostaria de ler aqui, se fosse permitido, uma matéria veiculada no *Estadão.com* do dia 8 de setembro. “*Em depoimento sigiloso de mais de duas horas para os delegados Rômulo Berredo e Willian Morad, no sábado passado, dia 6, na Polícia Federal*” — estou lendo a matéria na íntegra —, “*o araponga aposentado Francisco*



Ambrósio do Nascimento, confirmou ter participado da investigação da Operação Satiagraha, a convite do delegado Protógenes Queiroz". Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tendo a convicção de que o apoio dado pela ABIN à Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal caracterizou-se como institucional, em nenhum momento foram realizadas reuniões secretas ou particulares para que fosse decidido ou não o apoio institucional da ABIN. Os servidores da ABIN entraram no edifício-sede do Departamento de Polícia Federal, conhecido como "máscara negra", pela porta da frente. Enfim, a Agência Brasileira de Inteligência, desde a sua criação, em 1999, e jamais, em qualquer situação, por mais crítica que fosse, utilizou mecanismos espúrios ou ilegais para o cumprimento de suas atribuições institucionais. Como já disseram o Diretor-Geral e o Diretor-Adjunto a esta Comissão, mais uma vez reafirmo que a ABIN, institucionalmente, não realizou ou patrocinou, nem mesmo colaborou com as ações espúrias mencionadas na edição nº 2.073 da Revista VEJA, de 13 de agosto de 2008, as quais também repudia veementemente, e por jamais serem utilizadas no encaminhamento de seus trabalhos. E reafirmo, ainda, com toda a certeza, que o Sr. Francisco Ambrósio do Nascimento, citado na Revista ISTOÉ, nunca comandou nenhuma equipe da ABIN durante essa operação. Por fim, encerro essas palavras iniciais reiterando minha esperança de que todo esse imbróglio seja rápido e efetivamente esclarecido pelas partes competentes. Com isso, espero que se restaure, com justiça, a imagem da ABIN, bem como a auto-estima de seus abnegados servidores, como órgão de importância vital para a manutenção do Estado Democrático de Direito em nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Sr. Paulo Maurício. Não é de hoje que nós conhecemos o trabalho de V.Sa., sempre com muita competência e dedicação nos assuntos da Agência Brasileira de Inteligência.

E, para iniciar aqui, apenas para que a gente coloque as coisas no devido lugar, o senhor é aquilo que nós chamamos de um "caçador de espiões".

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor. Eu me dedico, hoje, a essa atividade; há muito tempo. O Departamento de Contrainteligência tem como atribuição principal fazer o combate à espionagem no País.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Até por isso que eu acredito que, em função do crime acontecido na PETROBRAS, é que o Departamento de Contra-Inteligência foi acionado. Porque poderia ser o roubo de um segredo de Estado ou relacionado a segredos de Estado.

SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí fica uma dúvida, não só para mim, como eu acredito para os demais membros desta Comissão: se o papel da Contra-Inteligência é a proteção dos segredos e, ao mesmo tempo, a caça de espiões, a Operação Satiagraha era uma busca de espiões?

SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, por que a Contra-Inteligência foi acionada para trabalhar?

SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - A Contra-Inteligência foi acionada em função de, naquele momento, ter o maior número de agentes e ter a maior facilidade de juntar agentes operacionais, porque nós tínhamos operações no Rio de Janeiro... nós temos operações no Rio de Janeiro, temos operações em São Paulo, temos operações em outros Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, naquele momento, talvez tivesse menos espiões para serem investigados, e se poderia, então, abrir mão desse efetivo, que atingiu cinqüenta e poucos homens, pelo que o senhor me disse, para trabalhar numa atividade policial.

Mas, na ABIN, como sucessora dos serviços de inteligência, as coisas não trabalham como compartimentação, quer dizer, usando uma expressão mais popular, cada macaco no seu galho; quer dizer, cada um atuando na sua área de atribuição e competência, não dividindo com os outros aquilo que está sendo feito? Não existe um princípio de compartimentação?

SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Existe. Justamente por isso é que nós já estávamos com um trabalho em andamento, em função desse princípio da compartimentação. E mais um detalhe: quando houve o pedido do delegado, nós entendíamos que esses pedidos seriam muito simples para nós, profissionais que trabalham nessa atividade. Entendemos esse pedido como simples: confirmar um endereço residencial. O senhor é um policial bastante experiente, o senhor sabe que



isso aí, para um oficial de inteligência ou um agente treinado, seria fácil. Por isso que nós aproveitamos estruturas que já estavam sendo desenvolvidas, em algum momento. O responsável por essa operação deslocava uma dupla, ou 2, ou 1 servidor, para confirmar alguns pedidos que eram feitos pelo delegado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor me tire uma dúvida: os senhores já estavam com uma operação de contra-inteligência no Rio de Janeiro, voltada para a questão da PETROBRAS e outras questões. Uma delas envolvia também aspectos que estavam submetidos à investigação da Satiagraha? Quer dizer, havia uma comunhão de objetivos?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor. Em nenhum momento. Em nenhum momento, o delegado nos informou... Eu, particularmente, vim a saber o nome dessa operação no dia 8 de julho. Eu não sabia que tinha Operação Satiagraha. Eu não sabia nem o alvo principal dessa operação. Essa operação, na realidade, depois com a leitura, ela foi praticamente desenvolvida muito fortemente em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, quem é que, na ABIN, coordenou essa operação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Na ABIN, quem coordenou foi o... Ela não teve uma coordenação. Nós aproveitamos estruturas já montadas para que... Quando eram feitos os pedidos, equipes eram deslocadas para atender esses pedidos. Era coordenada pelo Departamento de Contra-Inteligência, pela Coordenação-Geral de Operações de Contra-Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência, que é subordinado ao senhor, é que foi o responsável, na sua organização, pelo desenvolvimento dessas operações?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não. Nós não montamos uma estrutura operacional clássica, como o senhor conhece muito bem; de montar um plano de operações. Porque nós entendíamos, naquele momento, que nós não tínhamos uma operação; a ABIN não tinha uma operação. Por isso é que não foi feito um plano de operações, especificamente. Nós já tínhamos outros trabalhos. E o que foi-nos pedido era um apoio pontual. Nós não elaboramos nenhum plano de



operações porque não sabíamos nem o alvo. Um plano de operações, para ser elaborado, nós temos de ter alvo, situação. E nós não tínhamos essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor está querendo me explicar — e eu, obviamente, respeito a posição do senhor — que uma agência de inteligência, com a competência, com a *expertise* que tem, com a qualidade de servidores que tem, envolve-se numa operação em apoio a um delegado de polícia que faz uma investigação, mas, ao mesmo tempo, faz um apoio pontual, quer dizer, ponto a ponto, mas não se imiscuiu em saber aquilo que estava fazendo? Ou seja, a ABIN, com toda a sua competência, com toda a sua *expertise*, atua numa situação na qual ela não é sabedora de onde ela está trabalhando? Ela foi para aquilo que se chama de um *blind date*? Ela foi para um encontro às escuras?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, esse tipo de apoio é normal dentro do sistema, com outras instituições que fazem parte do sistema, em apoios e solicitações pontuais. O que aconteceu é que nós iniciamos esse... Acreditávamos que seria um apoio curto e, na realidade, ele se alongou. Nós iniciamos isso aí por um período de 30 dias, e ele se alongou para 4 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tá, mas aí eu insisto na minha pergunta, porque eu ainda não fiquei muito bem esclarecido — você me desculpe, eu não estou alcançando. A colocação do senhor é a de que ficaram 4 meses executando uma operação, que se prolongou, que levou praticamente 4 meses; e os senhores estavam operando às cegas: não sabiam contra quem nem o quê estavam fazendo; só sabiam que tinham de levantar o endereço de Fulano, que era o nome que lhe era passado; ou seguir o carro de Beltrano, que era a placa que lhe era passada. Ou seja, vocês não tinham idéia do que estavam fazendo, mas vocês estavam fazendo.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - A idéia do todo não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não sabiam nem quem era o alvo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O alvo principal da operação, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E a autorização que o senhor recebeu, verbal, foi do Diretor-Adjunto, que é o Dr. Campana?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Certo.

Quem é o seu elemento de ligação formal — se é que existe — entre o senhor e a Polícia Federal? O seu *counterpart*, na expressão...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - A ligação com a Agência Brasileira de Inteligência é a DIP, a Diretoria de Inteligência Policial. Seria o Dr. Lorenz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Seria o Dr. Lorenz.

E o senhor, obviamente, manteve contato com o Dr. Lorenz a respeito dessa operação.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não?

E o seu chefe manteve?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu não sei lhe informar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, porque, veja bem, vamos partir de um pressuposto: eu vou fazer uma operação com uma outra organização; eu tenho um correspondente formal; eu sou chamado para participar da festa, mas não digo para o dono da festa que eu estou participando. O senhor acha isso normal?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não acho porque, naquele momento, nós entendíamos que o Dr. Protógenes, sendo um servidor lotado na Diretoria de Inteligência, teria feito essa comunicação, porque na ABIN não aconteceria esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E, por exemplo: nesse período todo, o senhor não teve nenhum contato com o Dr. Lorenz ou com o Chefe da Contra-Inteligência da DIP?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não teve nenhum encontro? Nem para cuidar de outras operações nas quais existe uma integração entre a Polícia Federal e...



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor. Hoje, o principal contato, até em função dos trabalhos... quem tem mais contato é o Departamento de Contraterrorismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - De Contraterrorismo.

E o senhor me disse também que o Sr. Francisco Ambrósio do Nascimento, hoje, não tem nenhum vínculo com a ABIN.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas nós sabemos todos que a ABIN contrata servidores aposentados para fazer determinados trabalhos.

Na sua área também?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não contrata nenhum servidor antigo para executar nenhum outro trabalho?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Nenhum servidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas em outras áreas da Agência se contratam servidores aposentados?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que são pagos com verba secreta...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor. O que acontece dentro da estrutura são contratações dentro da estrutura formal do serviço público. Existe um sistema. Mas o servidor Ambrósio não é do meu conhecimento que ele tenha sido contratado para isso. Normalmente, na nossa escola, já ocorreu essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E como funcionam os equipamentos? O senhor também é responsável pelo setor de varreduras da Agência?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Em parte, sim. Hoje, a Agência Brasileira de Inteligência... Ela sofreu uma reestruturação recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Recente quando? O senhor pode dizer a partir de quando?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Só 1 minuto, por favor. O decreto de reestruturação, se eu não me engano, é de março ou abril. Eu não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deste ano?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Deste ano. Nós tínhamos, na estrutura da Agência Brasileira de Inteligência, 1 Departamento de Operações que cuidava de todas as operações da ABIN. E, a partir dessa reestruturação, cada departamento... os 3 Departamentos de atividade fim da ABIN ganharam, na sua estrutura formal, 1 Coordenação-Geral de Operações. Então, naquela estrutura em que existia 1 departamento para atender 2 departamentos, onde as operações eram desencadeadas, hoje o Departamento de Contra-Inteligência tem a sua Coordenação-Geral de Operações; o Departamento de Inteligência tem a sua Coordenação-Geral de Operações; e o Departamento de Contraterrorismo tem a sua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, aí fica a pergunta: o senhor executava ou executa o serviço? Ou o seu departamento executa o serviço de varredura?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Quando solicitado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tem os equipamentos?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não. Esses equipamentos, em função da centralização... Como era 1 departamento... Existia 1 departamento; esse departamento foi dividido em 3. E esses equipamentos ficaram sob a responsabilidade do Departamento de Contraterrorismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Departamento de Contraterrorismo, então, é o departamento em que estão alocados todos os equipamentos de varredura?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Todos os equipamentos técnicos. Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E há alguma razão para isso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Foi somente em função de logística. Para não dividir...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É em função da prioridade? Em função...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não havia... Excelência, eu não sei se o senhor... eu acho que o senhor conhece a nossa estrutura: onde funcionava o Departamento de Operações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Na 3?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Isso. Ele já tinha toda uma estrutura montada. Então, não tinha por que se desfazer daquelas salas que existiam, onde eram guardados os materiais patrimoniados, e dividir por 3. Como, na divisão, esse ambiente onde o Departamento de Contraterrorismo ficou era onde ficavam os equipamentos, decidiu-se que haveria uma técnica central que atenderia os 3 departamentos. O Departamento de Contra-Inteligência, com a atribuição de proteção e salvaguarda, faz uso, sim, desse equipamento para a realização de varreduras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E esse equipamento faz uma varredura de...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu gostaria que V.Exa. disponibilizasse para nós outros cópia da apresentação inicial do Sr. Paulo Maurício Fortunato Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Arnaldo. Vou solicitar a ele que deixe essa sua exposição e disponibilize para os demais Deputados.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Faça o favor.

Eu queria uma xerox, eu queria uma cópia. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade — estou com a palavra; e não tenho nada a ver com o assunto —, mas que V.Exa. também, através de ofício, solicitasse à Polícia Federal cópia do depoimento do Ambrósio, sábado passado na Polícia Federal, para que V.Exa., o Relator e nós outros tenhamos conhecimento,



porque estranhamente esse depoimento não vazou ainda. Se não vazou, é porque tem coisa bombástica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. será atendido.

Então, apenas continuando com a nossa linha de raciocínio, só para explicar, inclusive, para os demais companheiros que aqui se encontram: então, em função de uma questão arquitetônica, ou seja, a área da 3 passou a ser a área do contraterrorismo; e, por ser a área do contraterrorismo, que era a área operacional, antiga da Agência, onde todos os equipamentos de fotografia, de filmagem, de escuta ambiente, de interceptação, de contra-interceptação, ficavam nesse lugar. É isso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, quer dizer: hoje, se nós quisermos um equipamento, nós teremos de pedir a uma área especializada, que se encontra naquele local. Então, se nós tivermos de fazer uma perícia, o local ao qual temos de nos dirigir é justamente nesse local.

Muito bem.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Posso fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Inclusive, esses equipamentos já estão na Polícia Técnica do Departamento de Polícia Federal sendo periciados e farão parte do inquérito policial que foi aberto. Eles já se encontram lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah! Porque é estranho: o General Félix nos encaminhou um ofício, que chegou à Comissão Parlamentar de Inquérito, pedindo que, inclusive, o Deputado Jungmann informasse a ele — e eu até tenho de passar esse documento ao Deputado Jungmann — a que equipamentos ele se referia. Porque parece que o General Félix não sabe a que equipamentos o Deputado Jungmann se referiu. Mas V.Sa. já está nos informando que os equipamentos já estão sendo periciados pela Polícia Federal. E, como eu acho importante nós fazermos uma perícia da própria CPI, acho que precisaríamos ter acesso também a esses equipamentos, para fazer uma verificação.



Há condições de se verificar... Existe um *log* de verificação da utilização desses equipamentos?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, eu não sou técnico que conheço o equipamento. Eu poderia verificar e informar ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Diga-me uma coisa: por que o senhor sofreu, então, vamos dizer assim, o seu afastamento? A que se deve o seu afastamento do Departamento de Contra-Inteligência?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O que eu posso informar é que... Eu não sei. Talvez em função de o departamento ter coordenado a operação eu fui afastado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, o senhor cumpriu uma ordem superior ou o senhor executou a operação sem ordem superior?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não. Como eu falei anteriormente, nas minhas palavras iniciais, na Agência Brasileira de Inteligência nenhum departamento, nenhuma superintendência tem autonomia para desencadear trabalhos. Se eu puder fazer uma explicação rápida... Quando tem de se iniciar um trabalho dentro da nossa estrutura, principalmente na Contra-Inteligência, nós temos um documento que nós chamamos de Proposta de Abertura de Operação. O nosso foco principal é o acompanhamento de estrangeiro, na contra-espionagem. Essa Proposta de Abertura de Operação é feita; ela é encaminhada para as instâncias superiores, que é aprovada; e, a partir daí, se elabora um plano de operações. Nenhum diretor da ABIN tem autonomia para iniciar um trabalho desse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas, nesse caso específico, o senhor me informou que os senhores não fizeram nada disso.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, eu informei verbalmente porque não era uma operação nossa, de contra-espionagem; era um apoio; era um apoio pontual. Nós entendíamos... Quando chegou o pedido, Excelência, nós entendíamos que esse apoio não era nosso; não era uma operação nossa, não era uma operação da ABIN; eram solicitações pontuais de um delegado. Então, não tinha por que, naquele momento, nós elaborarmos uma Proposta de



Abertura de Operação ou um plano de operações, já que nós não conhecíamos nem o foco daquele trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora me ajuda, porque os outros companheiros precisam entender também. Quer dizer, eu entendi: era uma ajuda pontual que estava sendo dada a um delegado de Polícia Federal, que tinha uma operação... Mas, a partir do momento em que eu reúno, num total, em vários momentos, 50 agentes da ABIN; pago para esses agentes diárias; dou a eles passagem; faço deslocamento de servidor, quer dizer, eu estou criando um ônus para a minha instituição, que é paga com o dinheiro do contribuinte, num apoio a uma operação da Polícia Federal. E não existe um planejamento para isso, como o senhor mostrou aqui, no seu documento? Quer dizer, as escalas, tudo direitinho?

Então me parece que fica contraditório uma agência tão organizada, tão compartimentada, que faz tudo dentro da norma e da técnica, faz um apoio a essa operação; é formal, mas não tem um documento estruturando isso? Dá para o senhor tentar explicar para nós? Porque fica difícil de entender.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - É porque...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Só para pedir, por intermédio do senhor. Eu não quero tomar a vez de ninguém. Eu tenho informações de que foram gastos, aproximadamente, 300 mil reais e que eram 56 mil agentes.

Eu pediria que o senhor perguntasse ao depoente se bate esse número de 300 mil. E outra coisa: ontem eu participei da reunião da Comissão Mista de Inteligência; e o Senador Heráclito Fortes lá colocou com absoluta clareza que foi seguido, que foi acompanhado por agentes da ABIN, que inclusive descobriu e falou com eles. O depoente fala em apoio. Apoio inclui acompanhar, vigiar, seguir um Senador da República, que inclusive identificou?

Eu pediria que fizesse essas perguntas. Era só isso, Sr. Presidente. E, por fim, propor a ida, *in loco*, que V.Exa. também propôs, da CPI, para fazer essa análise.

É apenas essa proposta. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, vamos começar com a minha e vamos seguir, ou vice-versa. Gastaram-se 300 mil. Já que o senhor falou que foram cinqüenta e poucos... É o número que o Deputado Jungmann também traz.

Quer dizer, então se gasta essa fortuna — porque 300 mil eu acho que não é pouco dinheiro —; usam-se 4 meses; segue-se um Senador da República. Aliás, um agente deveria ser punido porque foi plotado, inclusive, lá no Rio de Janeiro. É um agente que deve ser da sua área; que estava seguindo um outro carro. Quer dizer, estava levantando um endereço ou estava seguindo um alvo?

Então, essas coisas precisam ficar claras para que não parem dúvidas sobre as questões.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Com certeza. Vou tentar responder aos senhores. Com relação à questão do... O senhor me desculpe: é que eu estava... Eu perdi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou relembrá-lo.

A pergunta é no sentido de saber, primeiro: gastou-se tanto; empregou-se tanta gente. A estrutura da ABIN é uma estrutura que trabalha de forma formal, e não existe uma formalização, não existe um plano. Por que apoio?

Então, são depoimentos que, para mim, chocam-se. São depoimentos que, na verdade, não se complementam; eles se batem. Então, eu acho que isso precisa ficar mais bem esclarecido, porque até como começa essa história... Ela começa num discurso de informalidade; depois, esse discurso de informalidade é reforçado por um documento que saiu de dentro da Agência Brasileira de Inteligência, que era um pedido informal; depois vira uma situação formal, mas é um formal que é meio formal.

Então, é isso que a gente deseja saber.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Com relação à utilização desses agentes, como eu informei anteriormente, nós tínhamos estruturas que já estavam trabalhando. Com relação aos gastos, eles já eram previstos no nosso dia-a-dia do departamento. Então, agentes já eram deslocados para isso. Nós já estávamos com um pessoal no Rio de Janeiro, em função dos roubos dos *laptops* da PETROBRAS, trabalhando. E eles permaneceram. As escalas só foram sendo



aumentadas. E, em determinados momentos, essas pessoas eram deslocadas para fazer esse trabalho pontual. Então, no orçamento previsto que nós tínhamos é que foi encaixado esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - (*Fora do microfone.*) E essa questão do Senador?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - De recursos?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO (*Fora do microfone.*) - Do agente da ABIN seguindo.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Deputado Jungmann, V.Exa. ontem estava na Comissão da CCAI. Eu tive a oportunidade de estar presente. Fui ouvido numa sessão fechada. O Senador perguntou isso aí. E eu posso lhe garantir, com certeza, que o Senador Heráclito Fortes não estava sendo acompanhando por nenhum servidor da ABIN, com toda afirmação. Isso eu falei lá e afirmo: a ABIN não estava acompanhando o Senador. Se aconteceu alguma coisa, não era com servidores da ABIN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para concluirmos e passarmos a palavra ao Relator e aos demais Deputados, que têm muitas perguntas, eu vou dizer com sinceridade: não me convenceu. E olha que ninguém tem mais boa vontade, ninguém reconhece o maior valor da Agência Brasileira de Inteligência mais do que eu. Pode ser tanto quanto eu, mas não me convenceu. Ou é formal, e a formalidade se deu desde a cúpula até a base, com planejamento, com tudo, como se faz na ABIN, daí a qualidade do trabalho da ABIN, ou dá nisso que estamos hoje... Por uma bagunça, por uma falta de administração, por uma falta total de comando da Agência, a coisa se deu do jeito que se deu. Saíram fora da formalização, fazendo com que hoje a ABIN esteja em discussão em fatos onde ela não deveria estar nem deveria se encontrar.

Então, talvez o problema que a ABIN esteja enfrentando é justamente ou um conflito interno, ou a total falta de comando em sua estrutura, porque tudo é feito fora de um planejamento estabelecido.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, Dr. Paulo Maurício Fortunato Pinto, primeiro, eu



quero fazer alguns registros que considero da maior importância. Primeiro, a decisão recente do Conselho Nacional de Justiça, que vem ao encontro de teses levantadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, qual seja a necessidade de um órgão público de controle das escutas telefônicas de nosso País. Eu tenho defendido esse ponto de vista, V.Exa. também e outros Deputados de que não há nenhum órgão neste País que tenha o controle hoje das interceptações telefônicas. O número que obtivemos foi através de depoimento de operadoras nesta Comissão. E fizemos a somatória dos dados. Com os dados que começam a chegar à Comissão Parlamentar de Inquérito, vamos poder até saber realmente que número exato é esse. Mas quero aplaudir essa decisão do Conselho Nacional de Justiça de determinar uma centralização dessas interceptações, a necessidade de relatórios periódicos e de tornar mais rigoroso o critério para a concessão de interceptações telefônicas em nosso País.

Segunda questão também, Sr. Presidente, e considero um reflexo desta Comissão Parlamentar de Inquérito: em decisão recente, o Superior Tribunal de Justiça considerou que interceptações que excedem ao prazo de 30 dias, se não houver a fundamentação, são consideradas interceptações ilegais que não servem de prova. Prova emprestada. Portanto, também esta Comissão Parlamentar de Inquérito vinha sustentando a legalidade de uma interceptação que demora 2,5 anos. Foi o caso concreto de uma interceptação que durou 2 e 4 meses, e o STJ considerou ser prova que não se prestava, em função de não haver fundamento nas prorrogações. Outra questão que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vem defendendo.

O Senado Federal também aprovou ontem matérias que vêm ao encontro também de teses levantadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeiro V.Exa. se recorda muito bem quando estivemos com o Ministro Tarso Genro, há 4 meses, debatendo o projeto do Governo. Sustentávamos junto ao Ministro que uma pena de 2 a 4 anos é uma pena pequena para um crime com gravidade dessa monta. O Senado aprovou ontem um projeto de lei que aumenta a pena para 5 anos, aumentando essa pena em 50% se essa interceptação for praticada por agente público.



Também o Senado aprovou ontem um projeto que proíbe a comercialização de equipamentos de escuta telefônica, tese que temos defendido aqui, não nos termos do que o Senado aprovou, porque aquela Casa cria uma espécie de moratória, ninguém vai poder comprar nada até haver uma regulamentação, mas sustentamos que determinados equipamentos não podem ser comercializados, devem ser considerados como produtos de comercialização proibida. E equipamentos que servem a esse tipo de atividade só devem ser comercializados por órgãos de segurança pública, mediante, inclusive, autorização da ANATEL, outra questão que também considero importante.

Portanto, eu queria, Sr. Presidente, fazer esses registros que considero da maior importância. Também queria sugerir — como já foi dito aqui — que V.Exa. oficiasse ao Dr. Luiz Fernando, Superintendente da Polícia Federal, para que fosse encaminhado o mais rapidamente possível a esta Comissão Parlamentar de Inquérito o teor, o conteúdo do depoimento do Sr. Francisco Ambrósio, haja vista que podemos fazer essa requisição porque não tem caráter sigiloso.

Também seria importante que, ainda hoje, V.Exa. designasse a Comissão Externa desta Comissão Parlamentar de Inquérito que vai acompanhar a perícia, inclusive por sugestão do Deputado Maurício Quintella, dos equipamentos adquiridos pela Agência Brasileira de Inteligência e pelo Comando do Exército. É muito importante que ainda hoje haja essa designação, para que a Comissão possa participar dessas atividades.

Dito isso, eu queria formular algumas perguntas ao Dr. Paulo Maurício. A primeira, que me deixou intrigado, é a seguinte: pelo que entendi do relato de V.Sa., em média, na sede do Departamento de Polícia Federal, ficavam em torno de 2 agentes da ABIN, que seriam os agentes do item A, analistas para fazer trabalhos de análise, fontes abertas e essa coisa toda.

Bom, esses agentes, como inclusive foi dito aqui, que um deles seria o agente Márcio Seltz, eles estavam lá nessa central onde estava funcionando a Operação Satiagraha. Esses agentes encontraram lá o Sr. Francisco Ambrósio, que estava lá participando das operações. O Sr. Francisco Ambrósio não é agente da Polícia Federal, não é agente da Agência Brasileira de Inteligência, portanto, é evidente que ele estava fazendo alguma coisa lá.



Eu pergunto a V.Exa., porque eu atentamente ouvi as inquirições do Deputado Marcelo Itagiba e, mesmo que as coisas tenham ocorrido como relatadas por V.Sa., que a ação da ABIN lá era meramente de apoio e não participou do planejamento, da direção dos trabalhos, mas creio que, quando se deslocam agentes da Agência para qualquer tipo de serviço, até para justificar o que eles estão fazendo, eles devem fazer relatórios aos seus superiores, até para que os superiores acompanhem o que eles estão fazendo, se estão trabalhando e cumprindo as suas tarefas. Então, eu pergunto a V.Sa.: os agentes da ABIN que participaram dessas atividades elaboraram relatórios à Agência, informando as suas atividades?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Relatório sobre o conteúdo do trabalho deles não, em função da compartimentação. Eles faziam seus relatos ao Delegado Protógenes ou a quem estivesse com a responsabilidade da operação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele não prestava contas do que estava fazendo aos seus superiores?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eles não diziam: "Olhe, eu participei, estive lá dias tais, fiz coleta de dados...". Não precisavam especificar a coleta de dados, mas pelo menos uma satisfação funcional.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Isso era feito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Uma satisfação funcional.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não. A satisfação funcional era dada, tanto é que os servidores que trabalharam na rua, eles eram coordenados por pessoas nossas. Os servidores que se apresentaram na sede do Departamento de Polícia Federal, esses eram coordenados pela equipe do delegado, inclusive havia uma delegada também lá no local.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, se eles davam uma satisfação funcional, o que é natural, o que é necessário, penso que a ABIN, como qualquer instituição, tem regras e normas. E, com regras e normas, vedações.

O Dr. Paulo Lacerda, o Dr. Campana e o General Félix estiveram nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, estiveram na Comissão do Senado Federal e afirmaram categoricamente: a ABIN não participa de atividades que envolvam



escutas telefônicas, porque isto é vedado a ela enquanto missão institucional. E, também, por via de consequência, é vedado também aos seus agentes.

Então, evidentemente, se um agente da ABIN recebe uma determinação dessas, ele tem não só que se insurgir contra essa determinação ou tem que informar à autoridade: “*Olha, em tal data, eu recebi uma ordem do delegado para fazer ou participar de uma atividade que estava fora das minhas atribuições*”. Ele tem a obrigação de se reportar, até para firmar responsabilidades, até para ele não incorrer em faltas funcionais.

Eu pergunto se em algum momento os agentes que estavam nessa operação informaram à Agência que receberam algum tipo de solicitação para participar de atividades dessa natureza.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em momento algum?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Portanto, também eles faziam reportes sobre o que estava acontecendo.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então é muito natural que um agente da ABIN, experiente como tal, participando de uma operação, ao ver lá um delegado, uma delegada, 2 escrivães, agentes da Polícia Federal, ele e outro colega, ao ver lá um corpo estranho, que era o Sr. Ambrósio — que é um corpo estranho, não é policial federal, não é agente da ABIN —, seria natural que eles se reportassem ao seu superior dizendo o seguinte: “*Olha, está lá um cidadão que a gente não sabe quem é*”. Pergunto a V.Sa.: houve algum relatório em relação à participação do Sr. Francisco Ambrósio nessa operação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor. Não havia... Eles passavam o expediente deles no dia e, para eles, aquilo ali era uma coisa normal. É como o senhor falou...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Normal?!

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não. Eles entendiam... Eles não sabiam qual era, dentro daquele contexto... Eram servidores da ABIN que não estavam acostumados a trabalhar dentro do ambiente da Polícia



Federal e encontram... Quando eles chegaram lá o Sr. Ambrósio já estava trabalhando. Então, para eles, aquilo ali era uma coisa normal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não houve nenhum comentário em relação à participação do Sr. Ambrósio?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Que chegassem ao meu conhecimento não. Pode ser que eles tenham comentado entre eles.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Como é que... Eu pergunto a V.Sa., Dr. Paulo Maurício: e se eles estivessem participando de uma irregularidade, de uma ilegalidade?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Com certeza, eles seriam punidos. Só que, Excelência...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eles não teriam que fazer esse relatório, até como uma forma de se acautelar de responsabilidade futuras?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor, com certeza. O senhor... V.Exa. se coloque na posição de um servidor que recebe uma ordem para se apresentar numa instituição que não é a dele. Chegando lá, ele cumpre a tarefa dele. Se dentro daquela instituição não foram tomadas as precauções devidas para que não houvesse uma pessoa que não deveria estar ali, não caberia à ABIN, naquele momento, controlar isso aí. Nós éramos também convidados a participar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas não é o problema de a ABIN controlar ou não controlar. V.Sa. já disse que a direção dos trabalhos estava com o Dr. Protógenes. É participar de um ambiente que tem um corpo estranho, porque me parece que o Sr. Ambrósio era um corpo estranho. Ele não é servidor da ABIN, foi servidor do SNI. Consta nos registros da ABIN que esse...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Ele foi servidor do SNI.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele se aposentou em que ano?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Em 1998.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em 1998 ele se aposentou, ele se desligou da ABIN. Portanto, um ex-servidor do SNI, e 1998 foi há 10 anos. É provável até que algum desses agentes que participaram dessa operação tenha sido contemporâneo dele em algum momento. Dez anos é muito pouco.



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Só para esclarecer a V.Exa.: nessa situação na sede da Polícia Federal, só 4 servidores tiveram essa participação. Desses 4, nenhum conhecia o Sr. Ambrósio. Como falei anteriormente, como já está conhecido o nome do nosso colega, o servidor Márcio Seltz entrou na ABIN, concursado, em 1998, no ano em que o servidor Ambrósio estava se aposentando. Então, ele não o conhecia. Os outros servidores também não conheciam o Sr. Ambrósio. Eles vieram a saber que o Sr. Ambrósio tinha sido da comunidade de inteligência do SNI durante um período anterior, durante as conversas informais que eles tinham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eles não teriam a obrigação, pelo treinamento que receberam, de fazer um relato ao Chefe da Contra-Inteligência, dizendo que lá estava um ex-integrante da ABIN trabalhando nessa operação? Ou essa não é a ABIN que eu conheço.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. me permite, era isso que eu queria complementar. Se a função da Contra-Inteligência é inclusive descobrir pessoas dessa natureza, é um espião. É um espião que... Se não é da Polícia Federal, não é da ABIN, ele está lá...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - E recebendo 1.500 reais, que o senhor está falando, do Protógenes, por quinzena. Mil e quinhentos reais recebia da conta secreta do Sr. Protógenes. Se ele sabia disso.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor, excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Pois recebia.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não sabia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Como é que agentes da ABIN, que são da área de V.Sa., da área de contra-inteligência, portanto pessoas treinadas para identificar pessoas com esse tipo de atuação, não fazem um relatório à agência informando isso, até para a ABIN ter no controle dela que existe um indivíduo como esse atuando no mercado, para ela catalogar na Contra-Inteligência que tem uma pessoa dessa em atividade.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, eu concordo com V.Exa. Só que, naquela situação... Não quero jogar a responsabilidade para outra instituição, mas a responsabilidade de contra-inteligência naquele momento



era da Contra-Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Não quero eximir da culpa da nossa, mas com certeza...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu entendi, Dr. Maurício. Mas, veja bem, quem é polícia é polícia em qualquer situação.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Com certeza. Não, não, mas naquele momento...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O qualquer do povo pode, a autoridade deve prender quem está em flagrante delito. Então, a atividade é permanente. Se ele é um agente de contra-informação, ele tem acesso à informação dessa natureza, mesmo que ele não esteja designado para aquela peça, ele tem obrigação de relatar, até porque se esse setor que V.Sa. coordenava... Se uma das atribuições desse setor é mapear a atuação de gente dessa natureza, era mais do que natural que fizesse um relatório informando que havia esse indivíduo em atividade, em plena atividade.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, só para o seu conhecimento, desses 4 servidores, eles não eram da Contra-Inteligência. Eles foram selecionados em outros departamentos para que dessem esse apoio. Então, eu volto a afirmar: realmente, pode ter acontecido uma falha da não-informação. Eu acredito que isso tenha acontecido em função da clareza. Era tão clara a participação do Sr. Ambrósio naquela estrutura, que para eles aquilo ali ficou normal. O Sr. Ambrósio dava expediente numa sala, num ambiente de trabalho onde trabalhavam peritos, agentes e delegados, no Departamento de Polícia Federal, no 5º andar da sede do Departamento de Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o relatório dele sobre as atividades do Sr. Ambrósio dizia o quê?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eles não fizeram relatório sobre as atividades do Sr. Ambrósio.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não faziam relatório sobre o que está acontecendo lá? Não fazia nenhum reporte?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, para nós não.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas esse é o procedimento que a ABIN adota? Seus agentes participam de operações conjuntas e eles não prestam conta do que estão fazendo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, eles prestam conta de que estão exercendo as atividades tais, tais e tais. Nesse apoio, eles prestavam... eles estavam ligados diretamente ao delegado no caso da sede aqui da Polícia Federal em Brasília e, naquele contexto, o Sr. Ambrósio participava, ele estava ali. Para eles, aquilo ali eram... Nós não sabíamos que nem o Diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Federal não tinha conhecimento da participação do Sr. Ambrósio. Nós não sabíamos disso. Nós viemos disso... eu vim saber disso depois, ontem, inclusive na reunião da CECAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, só para eu entender, porque ainda não ficou claro para mim. Eu designo 2 agentes para, a partir de amanhã, irem à Polícia Federal prestar apoio numa determinada operação a um determinado delegado. Esses indivíduos vão lá, tomam ciência do trabalho que vão executar, tomam ciência das pessoas que se encontram naquele ambiente e não têm a obrigação e não fizeram e não fazem um relatório para o chefe imediato dizendo: *"Aos tantos dias, cheguei ao Departamento de Polícia Federal, me desloquei ao 5º andar, ali me apresentei ao delegado fulano de tal, que deu o comandamento para que fossem obtidos tais e tais dados e trabalham naquele setor fulano, beltrano e sicrano"*. Se isso não for uma atividade básica de inteligência, é melhor fechar a porta da ABIN e é melhor demitir todos aqueles que exercem cargo de chefia lá. Porque era assim que a ABIN funcionava. Se ela deixou de funcionar assim, ela tem de fechar as portas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Paulo Maurício, a Agência Brasileira de Inteligência faz relatórios para municiar o Gabinete de Segurança Institucional. O Deputado Raul Jungmann afirmou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o Senador Heráclito Fortes teria suspeitas de que teria sido seguido por agentes da ABIN. A ABIN, quando precisa investigar atividades de um Congressista, qual é o procedimento adotado?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Do que eu tenho conhecimento, a ABIN não investiga atividades de Congressistas, Excelência.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E se ele estiver envolvido em alguma atividade que envolva segurança nacional, envolva a segurança da Presidência da República ou atentatório ao patrimônio do Estado?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu não conheço nenhum caso, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, supondo que essa fosse a hipótese, ela teria o quê? De pedir autorização?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Ela com certeza não iria fazer essa investigação e iria procurar outros caminhos para isso. A ABIN não investiga Parlamentares.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que outros caminhos... A Polícia Federal é por esse caminho, se não é atribuição da Polícia Federal isso. Como é que uma agência dessa ordem, que tem a obrigação de municiar o Estado das informações que são estratégicas, não tem condição de fazer legalmente esse tipo de investigação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Dentro das atribuições hoje que foram definidas para a ABIN não se inclui esse tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se eu por acaso for visitar a embaixada de um país hostil que esteja monitorado pela Agência Brasileira de Inteligência não vai sair no relatório de observação que estiveram presentes àquela embaixada, naquele dia, às tantas horas, fulano, beltrano e sicrano?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Se estiver sob observação, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, é isso que o Deputado Pellegrino está lhe perguntando. Se tiver um Senador, ou um Deputado que se encontre num determinado lugar onde a ABIN esteja fazendo uma investigação, aquela pessoa será reportada e será citada no relatório da ABIN, não é isso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Maurício, os equipamentos a que se referiu o Ministro Nelson Jobim que foram comprados, em conjunto, no



exterior, entre o Comando do Exército e a Agência Brasileira de Inteligência, esses equipamentos também são utilizados pelo setor de V.Sa.?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Em algumas situações, sim. O equipamento especificamente, o Oscor, é um equipamento de varredura. Ela se destina exclusivamente para varreduras de ambientes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Escuta de grampo telefônico ou de escuta ambiental?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Ele se destina a fazer varredura ambiental.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ambiental. Não serve para fazer escuta de telefonia móvel?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor. Nós estamos ansiosos, aguardando o laudo da Polícia Federal, que nesse laudo vai se constatar isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E quando tem que fazer essa varredura de escutas de telefonia móvel e telefonia fixa a ABIN não faz esse tipo de varredura?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não. A varredura da telefonia fixa, ela tem algumas fases que têm que ser feitas. Inicialmente se começa na operadora e vem se buscando, com o próprio apoio da operadora — é um padrão —, todos os pontos onde pode ser feita uma interceptação. Então, um exemplo: o senhor tem na... Hoje em dia, com a telefonia digital, já está mais evoluída, mas, em alguns momentos, o senhor tem caixas de distribuição e naqueles locais são feitas varreduras visuais, de locais. Um telefone que esteja aqui, também vai ser feita uma varredura local, em todos os pontos. Esse equipamento não contém condições. Esse equipamento é um captador de radiofreqüência, com várias antenas e capta sinais de radiofreqüência. Só para exemplificar aos senhores como ele funciona, se tivermos que fazer uma varredura nesta sala, neste ambiente, os técnicos, inicialmente, vão a mais ou menos 800 metros, 1 quilômetro, ligam esse equipamento e captam todos os sinais que existem naquele ambiente de radiofreqüência: rádio FM, AM, o rádio de comunicação da segurança, tudo o que tiver em radiofreqüência.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deputado Nelson Pellegrino?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - (*Ininteligível*) só pegam a 100 metros. Como ele falou em 800 metros agora?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, aquela informação que o Dr. Campana falou aqui... o Dr. Campana não é um técnico, talvez ele tenha-se enganado. Estou lhe dando uma situação de como é feita uma varredura num ambiente. A máquina... Os técnicos, primeiro... Essa máquina funciona assim: ela tem que captar num ambiente externo, inicialmente, quais os sinais de radiofreqüência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só que quem falou isso não foi o Dr. Campana, foi o técnico que estava com ele.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim. Eu não sou técnico, Excelência. Estou lhe passando uma situação de como é feito um trabalho de varredura, que é uma das nossas atribuições de ponta. Os técnicos, primeiro, captam todos os sinais de radiofreqüência que estão em volta daquele ambiente. A partir do momento em que esse trabalho é feito, eles levam essa máquina para dentro do ambiente e ali fazem uma nova captação de freqüência daquele ambiente. Aí, eles podem separar. Se houver, naquele ambiente, uma freqüência diferente da que foi captada, é uma sinalização de que pode haver.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a telefonia celular também opera através de rádio. Teoricamente, você pode captar.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Essa máquina não consegue decodificar hoje a telefonia celular.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ela consegue perceber se tem.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, ela vai perceber o sinal, mas ela não decodifica.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, não estou dizendo que ela tem a capacidade de escutar a conversa, mas ela tem capacidade de saber se tem uma interferência.



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - É que a faixa de freqüência que o celular opera, quando essa máquina é colocada num ambiente externo, o técnico consegue diferenciar que aquilo ali é um sinal de telefonia celular que está mandando um sinal para uma ERB. Ela capta isso. Eu não sou técnico.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E vice-versa. E tem alguém querendo interferir também naquela freqüência.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor. E aí ela é trazida para o ambiente e dali se faz a varredura.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Agora pergunto a V.Sa. de novo: a ABIN tem equipamento capaz de fazer varredura para telefone móvel?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por medida de segurança, medida defensiva, medida de contramedida.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Que eu conheça, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quando ela precisa tomar esse tipo de... O Gabinete Institucional, quando precisa fazer esse tipo de ação, ele faz diretamente? Não usa a ABIN?

O Gabinete também faz a segurança da Presidência da República e dos familiares do Presidente. Entre as medidas estão outras medidas para poder assegurar isso.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, o responsável por esse setor é no Palácio do Planalto. A ABIN não participa dessa investigação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É no GSI.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor. Eu não sei se é no GSI, mas parece que existe um setor de comunicações na Presidência da República que faz esse trabalho.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. participou, no dia 11 de julho, das operações para identificar se houve interferência no gabinete do Ministro Gilmar Mendes?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não participou de operações dessa natureza?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tem alguma informação em relação a isso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor. Dia 11 de julho?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas V.Sa. designou ou ordenou alguma ação de varredura no Supremo Tribunal Federal em algum momento?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nunca? (Pausa.)

A ABIN acionou alguma vez a ANATEL para fazer algum tipo de varredura?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O meu departamento não. Nós temos um departamento de tecnologia, nós temos outros departamentos. O Departamento de Contra-Inteligência não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, por hora vou dar oportunidade...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, se o Sr. Presidente permitir. Para os senhores entenderem aqui sobre esse equipamento que estava sendo falado. Hoje o fabricante da maleta que foi vendida, essa Oscor, enviou para o jornal *Folha de S.Paulo*, dizendo que “*A companhia norte-americana de produtos de inteligência REI enviou à Folha Online documento autenticado nos Estados Unidos no qual nega que seu produto seja usado para fazer interceptações telefônicas*”. Só, por favor, se o senhor permitir mais uma. Outra notícia: “*Polícia do Senado: aparelho não serve para grampo. O Diretor da Polícia do Senado, Pedro Ricardo Araújo, afirmou que é impossível transformar o Oscor 5000, aparelho de fabricação americana, utilizado para detectar escutas clandestinas, num instrumento para a realização de gravações clandestinas*”.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Paulo, a informação que nós temos é de que o laudo dos técnicos do Comando do Exército já ficou pronto em relação a esse equipamento. Esse laudo não foi encaminhado à ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, eu não sei lhe informar. Não sei.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. não tem conhecimento do resultado do relatório? Do laudo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não tenho conhecimento do resultado. O que eu posso lhe informar é que esses equipamentos estão no Departamento de Polícia Federal para perícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ao que o senhor atribui, então, à declaração de S.Exa., o Ministro da Defesa, que diz que esse equipamento, segundo os dados que ele detém, são equipamentos capazes de interceptar as comunicações? O Ministro está mentindo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está falando a verdade o Ministro?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não... Eu posso... No meu entendimento — eu tenho o maior respeito pelo Ministro Nelson Jobim, como Constituinte, como magistrado —, mas, no meu entendimento, eu acredito que ele tenha sido mal assessorado tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quem seria essa assessoria técnica?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu não conheço a estrutura do Ministério da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte Bessa com a palavra.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados aqui presentes, Sr. Paulo Maurício, eu queria dizer a V.Sa. que não existe, hoje, aqui, no Congresso Nacional, que eu posso dizer, uma pessoa que defende mais a ABIN do que eu.

Desde o primeiro momento, eu estou defendendo a ABIN. Estou defendendo com consciência, porque eu sei o que eu estou falando. A minha defesa da ABIN é no sentido de informar aos colegas, aos telespectadores que também estão nos assistindo, que a ABIN não fez a escuta do Ministro do Supremo Tribunal Federal com o Senador da República Demóstenes Torres. Eu tenho certeza. Institucionalmente, a ABIN não fez.



Por que a ABIN não fez? Porque a ABIN não tem equipamento para fazer isso. Eu tenho certeza absoluta.

Mas a ABIN, Paulo Maurício, tem a obrigação de ajudar a desvendar esses crimes. Vocês estão se furtando a passar informação não só para a CPI, como também se furtaram ontem na Comissão do Senado, na Comissão do Congresso, na Comissão Mista.

Vocês estão se furtando a dar informação, e com isso eu não concordo. Tenho certeza de que não foram vocês, mas vocês têm a obrigação de ajudar. Vocês têm a obrigação de ajudar.

Esse Ambrósio, eu sei que você conhece ele. Eu tenho certeza de que você conhece ele. Você não nega, não é? Você conhece o Ambrósio.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Conheço.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu também conheço o Ambrósio. Agora, o Ambrósio tem a sua vida pregressa ligada diretamente às escutas clandestinas. Ele é um *expert* nessa situação, principalmente para o mal, para fazer escuta clandestina, para fazer grampo ilegal.

Então, eu tenho certeza de que esse Ambrósio está envolvido e também pode até ser a pessoa que deu informação naquela primeira dedicação que foi feita à revista *Veja*, aquela entrevista que foi feita pela revista *Veja*, que foram passados teores da transcrição da conversa do Ministro com o Senador. Eu acredito que ele pode até estar por traz disso, como ele está por traz, como foi identificado pela *ISTOÉ*.

Então, eu acho que vocês têm que ajudar, porque eu tenho certeza de que vocês sabem quem foi. Eu tenho certeza de que vocês sabem quem foi! Agora, como eu tenho muita desconfiança, mas não quero levantar, mas eu não tenho a certeza de que vocês têm.

Para acabar com o fato que a mídia está explorando demais, até ontem foi explorado demais, no Senado, por que vocês já não trouxeram a relação daqueles equipamentos que foram comprados junto com o Exército? Por que já não trouxeram? Eu sei que naquele ali, se você trouxesse, como foi pedido pela nossa CPI e não chegou — não chegou! Isso aí já era para estar na nossa mão há muito tempo, nós já poderíamos ter solucionado esse problema. “Olha, a ABIN não



comprou o material; a ABIN não tem esse equipamento". Vocês poderiam ter colaborado nesse sentido e vocês poderiam ter saído de foco da situação. Eu tenho certeza de que, institucionalmente, vocês não participaram disso.

Bom, na lista de equipamento, eu acho... Também como eu falei ontem, no Senado, que o Ministro Jobim se enganou ao dizer que aquele equipamento de varredura servia para fazer grampo. Como você acabou de ler aí que não existe.

Ontem também você estava presente, você ouviu muito bem que o Ministro da Defesa Institucional, Gen. Félix, declarou lá que o documento periciado pelo Exército deu negativo. E você falou que não sabia.

Então, não adianta ficar escondendo. Tem algumas coisas que vocês têm que ajudar até para livrar a ABIN da situação.

Escuta: essa participação de vocês lá, na Federal, dá uma caracterização perfeita do desacordo que existia lá entre a Inteligência da Polícia Federal e o investigador Protógenes. Correto? Se não existisse isso, vocês não seriam solicitados para trabalhar naquela investigação, porque a Polícia Federal tem excelentes policiais que poderiam dar conta daquela investigação sem o auxílio da ABIN.

Então, existe esse racha. E a preocupação nossa com esse racha: existia mais gente, não é só o Ambrósio que trabalhou lá, sem nenhuma qualificação funcional, porque ele é aposentado desde 98 e continua fazendo a mesma coisa, às vezes, até remunerado, não neste caso. Não neste caso. Eu sei que a própria ABIN já remunerou ele para fazer outro tipo de serviço. Eu sei, como sei também, tenho certeza, que a ABIN não tem nada a ver com esse grampo. Não tem nada a ver.

Agora a participação desse camarada, desse cidadão, na investigação tão polêmica e importante até para a Nação, é uma coisa muito estranha, estranhíssima, que nos deixa perplexos. Como investigador que nós somos, nós sabemos muito bem disso.

Então, nós queríamos contar mais que é um dever da ABIN em ajudar a esclarecer mais fatos. Se for o caso, nós convertemos a sessão, passa a ser compartimentada, para você poder nos ajudar. Você têm que nos ajudar, vocês sabem, vocês conhecem como funciona. Você conhecem, porque eu sei que vocês conhecem.



Então, se nós continuarmos, vocês brincando de gato e rato, a ABIN negando uma coisa... Primeira coisa: a ABIN, no primeiro momento aqui, todos os diretores da ABIN que passaram por aqui disseram que a participação da ABIN só foi aquela de bancos de dado, de alguma vigilância e tal. Todos falaram isso, dessa certeza. Só que não foi só isso. Não foi só isso, porque nós descobrimos antes, que 4, como você disse agora, analistas participaram diretamente no grampo — diretamente —, nessa sala lá, que é conhecida por — tem o nome correto dela aqui — Máscara Negra. É a sala lá do grampo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Pois é. Mas a sala se chama Máscara Negra também. É uma denominação especial que eles dão ao grampo. A Máscara Negra não é só o ambiente.

Mas veja bem: então, a ABIN negou naquele momento e foi desmentido agora. Será que vamos ter que ouvir todo mundo de volta? Será que vamos ter que ouvir todo mundo de volta para esclarecer que foi uma falha que esqueceram de falar que 4 servidores participaram diretamente no controle das investigações com o delegado Protógenes?

E sei também que V.Sa. sabia que a investigação era contra o Daniel Dantas. Sabia! Eu tenho certeza de que você sabia. Não é possível, não tem condições de você não saber. Então, gente, vamos colaborar. Até que se fosse reunião secreta, ela passava a secreta, eu até proponho isso, se V.Exa. concordar, Presidente, para a gente passar para secreta, eu tenho certeza de que o Paulo Maurício pode ajudar muito mais a nós aqui, pode ajudar. A reunião é secreta e não vai ser divulgada.

O senhor concorda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se for esse o desejo do depoente, e desde que ele pretenda esclarecer alguma coisa.

Deputado Laerte Bessa, acho que V.Exa. colocou com muita propriedade. É impossível — se eu já disse isso, é melhor fechar as portas —, se for verdade, que eles não soubessem o que eles estavam fazendo. Porque se meter em algo que eles não soubessem o que estavam fazendo, não existe uma Agência Brasileira de Inteligência. Então, ou estão tentando passar um atestado de idiota para todos que estão assistindo aqui...



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Muito bem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... ou eu não sei se essa agência deve continuar a funcionar.

Eu vou lhe dizer mais: eu conheço a capacidade, a qualidade, os trabalhos que uma agência como essa desenvolve. E hoje eles só estão aqui porque uma administração não profissional, que levou para lá outros aspectos, forçou a agência a se meter nessa situação. Senão a agência não estaria envolvida nessa situação, hoje, e estando aqui submetida a um questionamento de algo que não lhe dizia respeito. E só se meteu nisso porque houve ordem superior para fazê-lo de quem não é da estrutura, de quem não conhece a estrutura. Conhece muito bem outra atividade, mas não essa desenvolvida na agência. Áreas de inteligência têm que ser administradas por profissional preparado para a área de inteligência, não é para inteligência policial. É inteligência própria. Cada um tem a sua *expertise* e a sua especialidade. Então, eu espero, até para que, no final desse relatório, a gente não proponha a extinção da ABIN... Porque, se isso tudo que foi dito aqui for verdade, tem que se propor a sua extinção, não por ter feito grampo, mas por ter sido incompetente no exercício da sua atividade de não saber em que operação estava e com quem estava.

Então, fica aí a sua solicitação. Se ele desejar, de fato, dar esclarecimentos, nós vamos transformar em reservada. Mas eu não vou transformar em reservada para alguém que não queira verdadeiramente colaborar com a CPI.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Jungmann com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Apóio a sua colocação. Já tinha ido aí dizer do sentimento que tenho aqui hoje. Não é que o senhor esteja querendo nos agredir ou nos desrespeitar, mas eu queria dizer ao Relator e ao senhor que eu me sinto, relativamente aos outros depoimentos, desrespeitado. E olha, não sou dado a diatribe, mas é um desrespeito. Quando se confronta o que o senhor está dizendo com outros depoimentos aqui, Nelson, isso é um desrespeito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É verdade.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - É uma falta de vergonha — desculpe-me — não do senhor, nenhuma agressão com relação ao senhor. Mas é um escárnio com esta Casa. É um escárnio! Cinquenta e seis pessoas, 300 mil reais, e depois publicar uma nota, no dia 14 de julho, dizendo “não temos nada a ver, não interferimos, não temos nada a ver”. Isso é um desrespeito com esta Casa. Desrespeito com esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. deseja fazer sessão reservada ou não tem nada a acrescentar?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Com relação ao que o Dr. Bessa falou, nós não sabemos quem fez o grampo. Quem fez o grampo nós não sabemos. Com relação ao que o Ministro falou, ontem, na sessão reservada, eu cheguei lá depois, não sei se o senhor se recorda. Nós fomos convocados, e a sessão...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - O Ministro foi claro.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - ... já estava sendo encaminhada.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Foi perguntado pelo Presidente da sessão, o Presidente Heráclito Fortes, o Ministro respondeu simplesmente: “Não deu nada a perícia do Exército”.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Esse laudo está com o GSI. Com o Ministro.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Tá, mas ele falou lá, e você estava presente.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Nós chegamos...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Você estava lá, Paulo Maurício. Você foi chamado na Mesa, inclusive, para participar nas oitivas.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá para seus questionamentos, haja vista que parece que o depoente deseja continuar não entrando em profundidade na questão e demonstrando que, ao contrário daquilo que eu imaginava, até porque conheço a



qualidade do trabalho desenvolvido pelo depoente em outras oportunidades, em outros momentos, essa não é a Agência Brasileira de Inteligência que eu conheço.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, é bom esclarecer que o Sr. Paulo Maurício é um excelente agente da ABIN, é um dos melhores que nós temos lá, muito capacitado e inteligente. Então, por isso que eu fiz esse depoimento aqui, em público, porque eu sei que V.Sa. tem inteligência o suficiente para saber tudo o que aconteceu tanto dentro da Operação Satiagraha quanto dessa escuta de Ministro e Senador. Por isso que estou falando isso. Eu sei que você é competente e sabe muito bem do que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, para seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Paulo Maurício, quem preparou esse seu depoimento inicial?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Fui eu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com a ajuda de quem?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu preparei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ninguém ajudou o senhor?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foi sozinho que o senhor preparou isso aqui?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nas respostas anteriores, o senhor disse que os agentes da ABIN trabalharam em apoio à Polícia Federal, sem saber qual era a operação. O senhor reafirma isso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não era sem saber. Eles se apresentavam ao delegado. Os que — os senhores perceberam... Eram algumas áreas trabalhando, uma em Brasília, que foram 4 servidores. Em alguns momentos ficavam...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quantos servidores?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Quatro servidores aqui, em Brasília.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E no total, quantos?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, mas eles não ficavam os 4 trabalhando ao mesmo tempo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, no total, quantos agentes?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Num total, nesse período de março a junho, chegou-se a um total de que passaram em algum momento, por alguma situação, 52 servidores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Cinquenta e dois?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor. Em 4 meses.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, tinha mais agentes da ABIN do que da Polícia Federal nessa operação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não. Se V.Exa. permitir, eu vou explicar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Eu só quero saber: tinha mais agente da ABIN do que da Polícia Federal nessa operação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Quantos agentes da Polícia Federal participavam eu não sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Protógenes já falou que participaram cerca de 8 agentes da Polícia Federal. O senhor está dizendo que tem 52 da ABIN. Então tem mais agente da ABIN do que da Polícia Federal?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Pela matemática, sim. Teriam mais...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Espere um pouquinho.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor não é homem de matemática, o senhor é homem de informação.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Certo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor é homem de informação ou de contra-information?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sou de... Na realidade, eu sou de inteligência atuando na área de contra-inteligência; contra-information, como o senhor falou.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a diferença entre informação e contra-information?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - A inteligência se preocupa em buscar, produzir conhecimentos que possam ver, buscar, para que possa assessorar a autoridade, o Presidente ou alguma outra instituição, sobre fatos e situações que estão ocorrendo. A contra-inteligência se preocupa com a salvaguarda e com a proteção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, está faltando contra-information na ABIN nessa operação. A contra-information da ABIN não funcionou, porque não sabia o que seus agentes estavam fazendo nessa operação.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - A questão, Excelência, não era de saber. Nós colocamos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vocês têm que saber! O funcionário é de vocês. O agente é de vocês. O que ele está fazendo, vocês não sabem o que ele está fazendo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Nós sabíamos que eles estavam fazendo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah, bom. Então, sabiam.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não. Nós sabíamos porque foi feito um pedido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que eles estavam fazendo? Já que vocês sabiam, o que eles estavam fazendo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eles, na sede aqui, no DPF, ajudavam a fazer pesquisas em bancos de dados sobre empresas, situações que eram pedidas pelo delegado. O pessoal de rua fazia ações pontuais para confirmar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem tinha crachá para entrar na Polícia Federal?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Ah, não sei lhe informar. Eles entravam pela porta normal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas tinha um crachá para entrar lá. Quem dava esse crachá para eles?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu não sei se diariamente eles se apresentavam na portaria. Porque na Polícia Federal, o prédio principal, que é conhecido como Máscara Negra, tem um controle de acesso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabe que a sede do trabalho do Protógenes é São Paulo. Sabe disso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, o que eu sei é que eles ficavam aqui, em Brasília...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não. A sede de trabalho do Protógenes é São Paulo. O senhor sabe disso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estou lhe afirmado. A ação de trabalho dele era em São Paulo. Ele tinha um braço do trabalho aqui, em Brasília, mas a sede do trabalho dele era São Paulo.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O objetivo principal, São Paulo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por que ele foi pedir para o Superintendente do Rio de Janeiro a cessão de funcionários?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Talvez por um conhecimento dele com a...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem superintendência da ABIN em São Paulo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem a direção em Brasília?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Tem sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que ele foi pedir para o Rio de Janeiro? Explica para mim isso aí.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - É o que eu expliquei. Ele fez o curso da ESG...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas vocês têm que cobrar! Como o superintendente do Rio de Janeiro vai pedir para disponibilizar agentes da ABIN para trabalhar em São Paulo e em Brasília, se ele é do Rio de Janeiro? Por que isso daí?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, não foi o superintendente que pediu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está aqui.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você diz isso.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você diz isso aqui.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Mas, na realidade, o superintendente aí participou como um mero...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Espera um pouquinho, espera um pouquinho. *"Na segunda quinzena de fevereiro, o superintendente do Rio de Janeiro foi procurado pelo delegado"*. Você está dizendo isso.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, sim. Eu confirmo o que eu disse.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas se a base do delegado é São Paulo e a ABIN é Brasília, por que ele foi pedir para o Rio de Janeiro? Qual o caminho tortuoso que foi seguido aí?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Pelo contato que ele tinha com a superintendência do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas vocês têm que cobrar. Como o superintendente do Rio de Janeiro pede para disponibilizar agentes da ABIN de Brasília e de São Paulo, ele sendo do Rio de Janeiro? Como acontece? O Presidente Marcelo tem razão: virou uma balbúrdia essa ABIN. Isso não é Agência Brasileira de Inteligência, é agência brasileira de burrice. Poxa, o que é isso! E nós não somos burros, não. Não vamos aceitar. Você disse aqui que quem pediu foi o agente do Rio de Janeiro. Por que o agente do Rio de Janeiro pediu para disponibilizar agentes de Brasília para trabalhar numa operação que nasceu em São Paulo? Explica isso.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O caminho que foi pedido foi esse, excelência. Dentro da nossa estrutura, o superintendente não teria autonomia para decidir isso aí, esse apoio. Foi pedido porque o Dr. Protógenes...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas se ele não tem autonomia, por que ele é o portador do pedido?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Por que o Dr. Protógenes conhecia algumas pessoas na superintendência do Rio de Janeiro e foi feito esse caminho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Paulo Maurício, você é um diretor, você é um diretor, você não é um simples agente. Tem que ter uma explicação lógica. Se o superintendente de São Paulo pedisse, eu não estava te fazendo pergunta. Se o diretor de Brasília fosse acionado, eu não estaria aqui fazendo pergunta. A minha pergunta é: por que o superintendente do Rio de Janeiro está entrando numa operação que não é de São Paulo e que não é de Brasília, e ele está interferindo na operação? Por quê? Explica isso para mim. E você está falando como diretor aqui.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você está falando como um diretor e não como um simples agente.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O superintendente estadual do Rio foi procurado pelo delegado. Eu não sei dizer por que o delegado não procurou o superintendente de São Paulo, excelência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas você, como diretor, tem que questionar. Não agora, mas naquela época. Como que o superintendente do Rio de Janeiro vai solicitar um apoio informal — você disse que é informal — de 50 e tantos agentes da ABIN para uma operação que não é do Rio de Janeiro? A operação era de São Paulo e de Brasília, e o do Rio de Janeiro é que está pedindo. Por que do Rio de Janeiro? E você, como diretor, tem que fazer esse questionamento.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - E foi feito. Tanto é que...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah, foi feito? Está bom, está bom. Então, o que foi feito de questionamento?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O que foi feito? Foi conversado com o superintendente do Rio de Janeiro...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Conversado o quê?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Isso, o porquê que ele estava ali. Eu conheço o superintendente, ele me comunicou que o Dr. Protógenes o procurou em função de amizade que ele tinha com pessoas lá naquela superintendência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas a ABIN não pode ser amizade. A ABIN tem que ser técnica.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Concordo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A ABIN tem que ser profissional.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O que eu queria falar, excelência, é que, a partir do momento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, mas você disse que ele foi questionado. Como ele respondeu no questionamento?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não: “*O delegado Protógenes me procurou*”. Eu falei: “*Por quê?*” “*Porque ele quer um apoio.*” Simplesmente por isso. Eu não tomei a decisão. O senhor leu aí o que eu escrevi. Eu não tomei essa decisão de apoiar. Eu levei à instância superior da Agência para que fosse tomada essa decisão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor, no seu relatório, disse que os servidores escalados apresentavam-se para o delegado Protógenes ou seu representante, Agente Valter. Quem é esse Agente Valter?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Esse Agente Valter estava em São Paulo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado. (*Ininteligível.*) Então, os seus agentes se apresentavam ao Valter em São Paulo. E quem foi que... O trâmite de caminhada foi o superintendente do Rio de Janeiro. Eu não entendo isso daqui. Eu acho que o Laerte Bessa tem razão. Tem alguma coisa que você não está querendo esclarecer. Se você não quer falar publicamente, pede ao Presidente e fala de forma reservada, porque você mesmo diz, no final, que você espera sair de todo esse imbróglio. Por que você acha que tem esse imbróglio todo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Em função de tudo isso que foi criado, a situação em que a agência se encontra. Os maiores interessados



que isso aí se esclareça somos nós. Eu, como um dirigente, como servidor, como pessoa e todos os meus colegas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você conhece o Ambrósio?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu conheci o Sr. Ambrósio...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Trabalhou com você?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, diretamente nenhum...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas trabalhou com você?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Ele trabalhou no SNI e eu também trabalhei. Eu o conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas quem colocou a agência, Deputado Arnaldo, nessa situação, foi ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É lógico que foi. É isso que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, ele quer sair do imbróglio, mas ele não quer dar subsídio para sair do imbróglio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Porque ele é o diretor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Porque ele é o diretor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Agora, o Laerte Bessa falou uma coisa e você não contestou. O Laerte Bessa disse que o Ambrósio já prestou serviços remunerados à ABIN. É verdade?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Para o meu departamento, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não, não, não. Para a ABIN, não para o seu departamento.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele prestou serviços remunerados para a ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas você conhece o Ambrósio.



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, eu conheço. Eu conheci o Ambrósio em mil novecentos... Eu vou lhe explicar uma situação. Eu entrei em 82...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não, eu quero explicar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Naquela época não interessa. Interessa é agora. Atualmente você tem algum contato com o Ambrósio?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nenhum?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual foi a última vez que você conversou, conheceu ou teve contato com ele?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu estive com ele a 10, 15 anos atrás. Quando ele se aposentou, eu fui para o Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Agora, nunca mais teve contato com ele?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quanto você viu essa matéria dizendo que ele estava por trás de tudo isso, você achou alguma coisa factível, possível ou não? Ou é impossível?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, achei que poderia acontecer. Não sabia o que estava acontecendo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Poderia acontecer, bastante bom para mim. Por que você foi afastado?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Em função de ser o diretor — acredito, eu não sei —, mas em função de ser o diretor de um departamento que os servidores prestaram apoio, que simplesmente coordenou o apoio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O seu setor coordenou o apoio à operação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor, ao delegado.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Além dessa operação, quais outras operações a ABIN deu suporte, apoio, colaboração ou participação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Que eu conheça, outras, nenhuma. No meu departamento, foi essa. Agora, temos outros trabalhos que são feitos em conjunto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quais são os outros trabalhos?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Nós tivemos o problema lá do roubo dos *laptops*, que foi um trabalho feito em conjunto no Rio de Janeiro. Isso acontece até invertido. Nós tivemos um caso de um suspeito de espionagem que nós pedimos o apoio da Polícia Federal recentemente, e foi feita a prisão desse cidadão numa saída do Brasil. Então, é normal esse tipo de apoio e de solicitação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dos 56 agentes da ABIN que trabalharam em apoio à Polícia Federal, quantos eram da sua diretoria?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Como eu expliquei anteriormente, o nosso departamento... A ABIN tem um efetivo muito reduzido. Então, esses servidores eram recrutados em diversas superintendências para montar as equipes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas quais subordinados à sua diretoria? Quantos, dos 56, eram subordinados à sua diretoria?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, de cabeça, agora, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo, veja bem: o efetivo muito reduzido. Então, não deve ter absolutamente nada para fazer, porque pôde deslocar 52 pessoas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Cinquenta e seis, 52 mais 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É, 56 pessoas para fazer um trabalho que não era da sua atribuição nem da sua competência, em apoio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Destes 56, quantos são subordinados à sua diretoria?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - No momento... Eu teria que pegar essa relação para poder dar essa informação ao senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aproximadamente, aproximadamente.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Uns 10...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Uns 10 da sua diretoria?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - ...ou até menos, até menos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - À vontade.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Desses, Dr. Paulo Maurício, alguns deles participaram de operações no prédio da Polícia Federal?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor. Nenhum era do meu departamento. Dos 4 que foram...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esses que eram do departamento de V.Sa. eles atuaram aonde?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eles atuaram em missões no Rio de Janeiro e em São Paulo. Foi aquele item 2...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Trabalho de campo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Trabalho de campo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nenhum trabalhou na Máscara Negra?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - No Máscara Negra, do meu departamento, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Como o senhor pode afirmar que nenhum dos seus trabalhou no Máscara Negra?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Porque foi feita uma solicitação de ajuda a outros departamentos para que pudessem colocar essas pessoas à disposição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabe que nenhum dos seus trabalhou no Máscara Negra ou o senhor sabe que outros trabalharam no Máscara Negra?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, eu sabia que outros tinham, porque a coordenação do trabalho era do departamento de apoio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, o senhor sabia. O senhor está começando a...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não, não. Eu, desde o início, eu falei que eu sabia que os servidores tinham trabalhado no Máscara Negra. Eu falei nos 4 servidores, isso aí está escrito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só lamento que alguma coisa que o senhor sabe o senhor não está querendo falar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado Arnaldo, me permita. V.Sa. teve contato com algum dos servidores que trabalharam no Máscara Negra, na sede da Polícia Federal?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Teve uma pergunta do Deputado Arnaldo que acho que V.Exa. colocou com muita propriedade. Ele não teve contato com aqueles que trabalharam no Máscara Negra; o pessoal dele, que é da Contra, que acredito seja lotado em Brasília, foi atuar no Rio de Janeiro e em São Paulo. Então, há uma coisa que não estou entendendo: quem coordenou essa operação na ABIN? Ele? Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foi ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não foi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele é o diretor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas ele não coordenou essa operação. Quero saber quem na ABIN foi responsável pela coordenação. Quem da ABIN, ou ali lotado, ou ali cedido, ou ali trabalhando, ia à Polícia Federal fazer os contatos junto com a área que estava lá. Quem coordenou a operação? Quem estabelecia: "Fulano vai para lá, beltrano vai para cá?" Quem dava o comando? Quem dava essa ordem? Quem assinava requisição de passagem? Quem assinava diária? Quem? Tem que ter alguém.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Vou lhe explicar. A competência de assinar os pedidos de diária e passagens é minha, como diretor.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não falei que era ele? É ele!

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - A competência de assinar diárias e passagens. Quem coordenava, quem era o contato com o Delegado Protógenes era o coordenador de operações do departamento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual o nome do coordenador?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - José Ribamar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - José Ribamar de quê? Tem mais um nome.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - José Ribamar Reis Guimarães.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - José Ribamar Reis Guimarães. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Permite-me só uma observação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Agradeço-lhe. Levantei na Assessoria o depoimento do Dr. Paulo Lacerda e do General Félix. Há uma série de contradições e seguramente isso terá desdobramento, infelizmente, acredito que no Ministério Público. Mas leio aqui a página 94 do General Félix, quando ele é taxativo e afirma o seguinte, aspas: *"que eu mandei fazer para trazer hoje, porque seria evidentemente um apoio, além do apoio do Dr. Campana, que foi quem coordenou todo esse trabalho junto com a Polícia Federal"*. A pergunta foi feita pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá naquela ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E, infelizmente — é muito importante —, infelizmente ele não vai nos contar a verdadeira história, porque nós sabemos que eles só estão nisso porque foram determinados a estar nisso, porque nisso eles não estariam. E a Agência está tomando toda essa questão porque eles querem assumir algo que eu acho que não lhes cabe nem lhes compete, mas, se assim eles desejam, assim será reportado no nosso relatório final.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, Presidente, a colocação do Deputado Gustavo Fruet tem que ser respondida, ele está confrontando o depoimento do General Jorge Armando com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - No momento oportuno, vou dar a palavra ao Deputado Gustavo Fruet, que está inscrito e fará então todos esses questionamentos importantíssimos, muito bem lembrados por ele.

Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar o Dr. Paulo Maurício e já vou direto às perguntas. Dr. Paulo, é comum à Polícia Federal ou à ABIN contratar uma pessoa de fora das instituições para participar de processos investigativos?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu posso responder pela ABIN: não.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - O senhor disse que essa operação começou, a colaboração da ABIN com a Polícia Federal começou porque já havia um processo colaborador em relação à investigação anterior do roubo dos laptops da PETROBRAS, e que eu pergunto. E, ao mesmo tempo, me parece que o senhor comete uma contradição, porque, ao ser questionado pelo Relator, Deputado Nelson Pellegrino, sobre se os agentes da ABIN não estranharam a presença de uma pessoa estranha aos quadros da Polícia Federal e da ABIN na sede da Polícia Federal, na Máscara Negra, o senhor disse que usou praticamente estes termos: "*eles não estavam acostumados a trabalhar no ambiente da Polícia Federal*". O senhor confirma essa informação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Os que ali foram deslocados, sim.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Mas essas pessoas que foram deslocadas para o Máscara Negra já não tinham participado da ação conjunta da ABIN com a Polícia Federal em relação aos roubos dos laptops da PETROBRAS?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - V.Exa. permite que eu explique?

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Pois não.



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O que eu falei com relação ao roubo do *laptop*, era uma situação. Foi criada uma força-tarefa no Rio de Janeiro onde delegados da Polícia Federal e agentes e analistas da ABIN se juntaram para fazer um trabalho. O que eu falei é que nós aproveitamos aquela estrutura de servidores que já estavam deslocados. A força-tarefa e o apoio à Operação Satiagraha, elas não se entrelaçam. Nós, administrativamente, é que aproveitamos servidores que já estavam naquele local para iniciar o apoio. Foi isso.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - A Agência Brasileira de Inteligência tem o papel de buscar informações para assessorar o Presidente da República. Quando uma determinada instituição, como no caso a Polícia Federal, solicita apoio à ABIN para uma determinada operação, é comum a ABIN ceder funcionários para esse tipo de colaboração sem saber do que se trata?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, o que foi falado, nós tínhamos uma noção que era um trabalho de investigação, mas nós, até pelo princípio de compartimentação, não interessava, naquele momento não sabíamos o curso daquela investigação, o próprio delegado compartimentou para nós. Ele pediu o apoio.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Todos sabem, Dr. Paulo Maurício, que esse setor da Polícia Federal, Máscara Negra, é destinado a interceptações telefônicas, ou seja, a interceptações autorizadas pela Justiça? Isso é de conhecimento da ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, eu não sei. O Deputado Bessa falou que existe uma sala com esse nome. Eu não me referi a essa sala quando falei Máscara Negra. Máscara Negra, pelo que eu sei, o Presidente da Comissão está me ajudando aqui, é o prédio, o edifício sede da Polícia Federal, que é conhecido como Máscara Negra. Em nenhum momento eu falei que aquela sala é conhecida como Máscara Negra. E eu também não tenho conhecimento, porque eu não conheço aquele ambiente, se ali existe uma central de monitoração da Polícia Federal. Pelo que me foi reportado pelas pessoas que foram lá, era uma sala, um ambiente de trabalho, com várias estações de trabalho.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sim, mas conforme noticiou a revista *IstoÉ*, esse senhor Ambrósio teria gravado, interceptado ilegalmente, 18



Senadores, 26 Deputados, diversas autoridades do Judiciário. No entanto, trabalhavam numa mesma sala, como o senhor disse, servidores da ABIN, servidores da Polícia Federal e esse Sr. Ambrósio, que, como o senhor disse, por conversas informais, os servidores da ABIN ficaram sabendo que ele não fazia, que ele era um ex-servidor do SNI e que não fazia parte dos quadros nem da ABIN nem da Polícia Federal. Ora, qualquer servidor da ABIN deve saber que uma das garantias fundamentais do cidadão, na Constituição Federal, é que ele não pode ser gravado. Qualquer interceptação só pode ser feita excepcionalmente, com autorização judicial. Como o senhor vê? O senhor não acha que é uma falha muito grave dos servidores da ABIN terem percebido que num ambiente desse, de investigação policial, uma investigação que deveria ser muito importante, porque mesmo a ABIN, sem saber o conteúdo dela, ofereceu 56 servidores para ajudar nessa investigação... Não lhe parece que a ABIN, enquanto instituição, falhou ao não tomar providências ao saber que tinha uma pessoa que não fazia parte dos quadros da ABIN nem da Polícia Federal participando de um processo de investigação policial?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, como falei anteriormente, não chegou ao conhecimento nem meu e talvez da... foi falado que o Dr. Campana tinha o conhecimento, de que existia essa estrutura. Não tínhamos conhecimento disso, que esse Sr. Ambrósio participava dessa estrutura. Agora, V.Exa. há de convir que um servidor convidado a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Saulo, vou aguardar terminar a conversa, para poder continuar com o depoimento, porque não estamos podendo ouvir aqui o depoente.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Um servidor que recebeu uma tarefa: apresente-se ao Delegado, num determinado local. Quando ele chega lá e encontra pessoas ali trabalhando, eles não acharam aquilo nem normal nem anormal. O Sr. Ambrósio já estava ali trabalhando.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Mas eles souberam, como o senhor disse, que ele não fazia parte nem de um quadro nem de outro.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eles souberam informalmente que ele não fazia parte. Agora, o que não foi questionado por eles,



talvez tenha sido uma falha, é isto: por que dentro daquela estrutura — aí, sim, é a pergunta que faço e concordo com V.Exa. —, por que dentro daquela estrutura se misturaram pessoas que eram agentes públicos, outros aposentados e tal. Isso aí, realmente, ficou uma mistura. Nós não tínhamos conhecimento disso daí. É uma mistura que parece uma salada de fruta isso aí.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Veja bem, Dr. Paulo Maurício. A ABIN tem a responsabilidade de oferecer um serviço de inteligência ao Presidente da República. A ABIN é provocada para oferecer servidores, 56 servidores num quadro de poucos servidores, para colaborar com uma ação da Polícia Federal. Se a ABIN não sabe sequer o que estão fazendo os seus servidores, será que essa instituição está preparada para cumprir o seu papel de oferecer assessoria de inteligência ao Presidente da República?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, esse número de 56 servidores, tem alguma conta que eu acho que é 52...

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Perfeito, 52. Que seja.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não foram solicitados 52 servidores. Isso foi ao longo de um período, expliquei anteriormente, de março ao final de junho, que, ao todo, chegamos à conta de 52. Mas, num primeiro momento, fomos solicitados para dar um apoio de 1 mês para que fossem feitos aqueles levantamentos pontuais e tal. Essa coisa foi sendo postergada. Foram 2 pedidos de prorrogação disso aí. Entendeu?

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Agora, veja bem, é comum, nas outras operações de colaboração da ABIN com a Polícia Federal, que a ABIN ofereça os seus servidores sem saber o conteúdo da investigação? Isso é comum na ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, em algumas situações, sim, porque, principalmente nesse caso que era um inquérito policial, não tínhamos o foco principal do trabalho do delegado. E o pedido dele para nós, naquele momento, no entendimento de todos que tomaram a decisão, que não foi só a minha pessoa, isso foi feito por todos, é de que isso era um trabalho simples para a Agência Brasileira de Inteligência, ajudar pontualmente em algumas ações.



O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Agora, V.Exa. disse, em algum momento, que o Delegado Protógenes conheceu servidores da ABIN no curso no Rio de Janeiro. Depois, inclusive, levou os servidores para conhecerem a Polícia Federal, tornaram-se amigos e solicitou a participação desses servidores na investigação, o apoio da ABIN, através desses servidores, na investigação.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, excelência. Não foi assim. Ele não solicitou aos servidores que ele conhecia. Ele conversou com um superintendente estadual, que trouxe essa solicitação de apoio, na época, a mim, que nem era diretor ainda. Eu era coordenador de um setor operacional e levei o problema. Estávamos numa fase de mudança, de transição. Eu já tinha sido convidado para assumir o Departamento. E eu levei essa solicitação ao diretor-adjunto, que, por sua vez, levou ao Diretor-Geral, que mandou dar o apoio. E aí a coisa desceu de novo, e foi feita.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Um dos papéis da área de Contra-Inteligência que o senhor dirigia na ABIN é de controlar, de acompanhar quem pode fazer a espionagem. Eu pergunto: há um controle, por parte do Governo, relativamente às empresas que produzem software e equipamentos destinados às investigações ou à produção de informações ou interceptações telefônicas?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, existe uma preocupação, sim, da ABIN com relação a isso. Para o senhor ter uma idéia, em julho de 2008, o Departamento de Contra-Inteligência... Primeiro, em maio de 2008, o Departamento de Contra-Inteligência produziu um relatório, cujo assunto era *Riscos contra a utilização de empresas de inteligência competitiva e inteligência privada em ações de espionagem no Brasil*. Em julho de 2008, a preocupação do Departamento de Contra-Inteligência, numa das suas atribuições, elaborou um outro relatório de inteligência, difundido também para o GSI, o Gabinete de Segurança Institucional, cujo assunto era *Atividade de investigadores particulares no Brasil*. Esse documento...

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - O senhor tem conhecimento sobre se esse Sr. Ambrósio já participou ou participa de alguma empresa privada que produz esse tipo de informação?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não tenho esse conhecimento. O senhor me permite?

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Permito.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Obrigado. E esse documento falava sobre a falta de regulamentação e controle dessa atividade. Era uma preocupação da Contra-Inteligência. Nós produzimos esse relatório em julho de 2008. E esse setor é totalmente descontrolado. As pessoas trabalham, atuam... O Exmo. Sr. Presidente desta Comissão é oriundo da cidade do Rio de Janeiro, da minha cidade, e sabe muito bem o quanto isso é disseminado naquela cidade. A interceptação telefônica ilegal, isso aí é um absurdo que está acontecendo hoje no Brasil. Então, essa falta de regulamentação e controle é o grande problema que existe. Esse documento também falava sobre a atuação de detetives. Para V.Exa. ter uma idéia, a atuação de detetives hoje, no Brasil, é regulamentada por uma lei de 1957 e por um decreto federal de 1961, totalmente desatualizado. Nós fizemos um acompanhamento e uma investigação em alguns anúncios — porque é fácil pegar anúncios de jornais. Alguns anúncios enfatizavam o uso de técnica de monitoração eletrônica e telefônica e anunciavam até serviço de espionagem industrial. Isso nos jornais; outros...

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Que providência a ABIN tomou em relação a isso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Isso aqui é um relatório que foi difundido para o Gabinete Civil Institucional. A competência da ABIN... A ABIN não tem competência policial. Ela pega esse relatório e difunde para as autoridades competentes. O mais absurdo, para V.Exa. ter uma idéia do que constava nesse relatório, é que outros anúncios, especificamente na Região Norte e Nordeste, ofereciam serviços de identificação sobre políticos. Isso consta nesse documento.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - A ABIN, ao descobrir isso, ao fazer esse levantamento, não tomou nenhuma providência tipo encaminhar esse informação ao Ministério Público?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Dentro da nossa estrutura, esses documentos são encaminhados ao GSI, e o GSI é que faz a difusão desses documentos finais.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - E o senhor tem conhecimento sobre se o GSI tomou alguma providência no sentido de comunicar às autoridades competentes?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não tenho conhecimento. Confirmou-se ainda...

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Pois não.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Desculpe, Excelência. Confirmou-se ainda que alguns oferecem serviços de interceptação telefônica, foram feitas ligações, histórias, coberturas usadas por essas pessoas, inclusive algumas falaram: “*Não, eu faço*”. E eu acho que o que poderia ajudar os senhores aqui nesta Casa é que tramita o Projeto de Lei nº 2.542, de 2007, de autoria do Deputado José Genoíno, que realmente tenta regulamentar essa atividade. Isso é um ponto fundamental para que se possa regulamentar esse tipo de ação clandestina que é feita. Para o senhor ter uma idéia, para V.Exa. ter uma idéia, há detetives particulares que são contratados, às vezes, por senhoras, mulheres que têm preocupação com o marido, e essa pessoa intercepta o telefone do marido ilegalmente; depois, vende esse monitoramento para o marido e acaba ganhando dos 2 lados. Isso é um absurdo que tem de ser estancado. A ABIN tem uma atribuição de produzir documentos estratégicos para alertar. Quem tem a competência de Polícia Judiciária ou são as Polícias Estaduais ou a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Mas o senhor não acha que caberia à ABIN fazer o levantamento de todas essas empresas que prestam esse tipo de serviço ilegalmente, como ficou muito claro aí, até porque, da mesma forma como eles podem estar gravando o marido, podem estar gravando o Presidente da República ilegalmente?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor. Existe essa preocupação com relação a isso.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Existe esse levantamento? A ABIN tem esse levantamento?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Esse levantamento ainda nós não temos. Só para V.Exa. ver, esse documento é de julho de 2008, é bem recente.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, eu vou encerrar. Mas quero, antes de encerrar, registrar duas preocupações. A primeira é que nós estamos diante de um fato de imensa gravidade em função da violação de direitos fundamentais, ou seja, estamos, qualquer cidadão, seja um cidadão comum, seja uma autoridade... Hoje é muito grave a informação de que Parlamentares, Deputados, Senadores, Ministros e população em geral podem estar sendo gravados ilegalmente, com a colaboração de uma instituição pública, com a colaboração de uma instituição pública. Porque, se ABIN está emprestando servidores para a Polícia Federal e não sabe para fazer o quê, e se dentro de um ambiente desse há uma pessoa que não é servidor público de nenhuma instituição, o fato é muito grave no que se refere à garantia de todo o cidadão à privacidade.

A outra questão, Sr. Presidente, é que é um benefício aos criminosos. V.Exa. sabe melhor do que ninguém, como policial federal que é, como delegado que é, do instrumento importantíssimo da interceptação telefônica para desbaratar quadrilhas de criminosos. E, veja bem, em função de uma ação ilegal de agentes públicos, que só poderiam fazer isso legalmente — e, ao que tudo indica, com a participação inclusive da Agência Brasileira de Inteligência, que não sabe a que estavam servindo exatamente os seus servidores —, nós podemos colocar a perder, como já estão vendo alguns advogados de defesa, todo um processo de investigação criminal importantíssimo para o País para desbaratar quadrilhas poderosíssimas que vêm trazendo inúmeros prejuízos ao País.

Então, na verdade, percebo uma dupla gravidade nessa questão. Ao mesmo tempo em que há violação aos direitos individuais de todo cidadão, há um benefício que os criminosos estão tendo, em função do prejuízo que poderia haver se o Supremo Tribunal Federal ou outros órgãos do Judiciário entenderem como ilegais essas interceptações, e, ao mesmo tempo, colocando em xeque, como está sendo colocado, um instrumento precioso, excepcional, mas precioso, que é o da interceptação telefônica só, e somente só, com autorização judicial para investigação criminal.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado. V.Exa. tem toda razão. Eu até ouso mais, ouso dizer o seguinte: se comprovada alguma das teses de que houve participação de órgão oficial de investigação nas escutas ilegais perpetradas, se agentes da ABIN faziam parte da operação, mesmo sem praticar o ato diretamente, mas por omissão, poderão também ser responsabilizados porque integravam o trabalho que vinha sendo realizado.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Paulo Maurício, antes de fazer minhas perguntas bem objetivas, gostaria de fazer alguns comentários. Primeiro, eu acho mais do que urgente que a CPI promova suas próprias perícias, porque nós estamos discutindo, de um lado, assunto eminentemente técnico. E nós estamos sempre na dependência de pareceres, de laudos, portanto, sobre se esse equipamento pode fazer escuta, se ele pode ser agregado outros equipamentos que podem fazer escuta. É importante que a CPI faça isso, e a Câmara tem recursos, tem técnicos. Portanto, acho isso fundamental para deixarmos o lengalenga de ouvir negativas ou suspeitas sem prova técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para informar a V.Exa. que, sobre essa preocupação que V.Exa. externa com muita propriedade, mantive contato já com uma equipe da UNICAMP e estou aguardando uma resposta para que eles venham e, junto com V.Exas., façam a verificação desses equipamentos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Segundo, falou-se aqui muito dos 52 agentes, 56 ou 300 mil. Para mim, isso é irrelevante, porque 52 deve ter só de advogados o Sr. Daniel Dantas, porque ele aqui veio com 8; 300 mil, se foram gastos, para mim, é 1% dos 3 bilhões que o Daniel Dantas supostamente mandou para o exterior. Porque, para mim, para desbaratar o crime organizado, não deve contar nem custo nem quantidade. Estamos discutindo a legalidade das operações.

Portanto, acho que esse número de 52 e esse gasto de 300 bilhões são irrelevantes.

E associo um outro item: se foram usados 52 agentes da ABIN, temos de nos perguntar o tamanho do crime organizado, do esquema que o Daniel Dantas estava comandando. Parece que nós nos esquecemos de que, se a ABIN mobilizou... Se só



um órgão que solicitou um apoio solicitou 52 homens, nós temos de nos perguntar se o esquema do Daniel Dantas é um esquema capaz de derrubar o Governo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É. Nós temos de nos perguntar, porque não adianta perguntar para a ABIN, porque ele já disse que não sabe.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Estou só também colocando que nós temos de ver todos os pontos dessa questão. Eu estou vendo muita preocupação com o volume de gente envolvida. Se houve essa necessidade, V.Exa. tem razão: tem de demitir todos os agentes da ABIN e mandar plantar abacate ou maxixe no interior, ou, então, nós temos de nos perguntar se o Daniel Dantas é uma figura extremamente poderosa. Eu estou militando muito mais nisso, porque todos os fatos, pelo que nós temos visto publicamente, militam a favor de um poder extremamente grande desse cidadão.

Segundo: a questão da inocência. Eu tenho visto que se está fazendo muita afirmação já de condenação a determinadas figuras da República, mas se esquecendo que todo mundo tem direito a ser inocente até que haja condenação. Se o Sr. Daniel Dantas recebeu 2 *habeas corpus* em 48 horas porque tinha a presunção da inocência, nós temos de estender isso a todos.

Uma quarta observação. Acho que esta CPI tem de ter, pelo menos, 3 eixos: garantir que todo cidadão brasileiro que não cometa crimes tenha o seu direito à privacidade preservado; temos de estabelecer que o agente público que cometer excesso, qualquer que seja ele, em qualquer instância, tem de ser punido, mas o Estado não pode ficar desarmado diante das organizações criminosas, quer aquelas que estão atrás dos presídios, como o Sr. Fernandinho Beira-Mar, quer como o Sr. Daniel Dantas, que comanda o crime de colarinho branco.

Por último, acho que o Daniel Dantas, que deve estar ouvindo a sessão, deve estar rindo à toa. Porque aqui ele foi tratado a pão-de-ló. Vejo, por outro lado, alguns Deputados com agressividade muito grande diante de um depoente, mas o senhor Daniel Dantas se sentiu tão à vontade que chegou a dizer, perguntado por que ele falou aqui: “*Porque aqui eu me senti em casa*”.

Queria, portanto, fazer algumas perguntas ao Sr. Paulo.



Primeiro, eu queria perguntar ao senhor se a cooperação da ABIN, nessa operação, foi só de levantamento de endereço ou se houve alguma prática específica da Polícia Judiciária.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor; foi somente a confirmação de dados, endereços, pesquisas em fontes abertas, análises em fontes abertas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Escutas, interrogatórios?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, nenhum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto ao senhor: os 52 homens citados aqui, eles ficaram integralmente à disposição da operação ou foi eventualmente? O senhor pode informar qual é a quantidade de trabalho desses 52 homens, nos 4 meses, a que o senhor se referiu?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não houve uma participação integral de 52 agentes; houve, sim, uma... Eram feitas escalas de trabalho, o número total de pessoas que participou, durante um período de 10 de março...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas eu pergunto para o senhor: essa quantidade de pessoa, de agentes envolvidos, era em função de que era atividade esporádica? Durante o dia...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não. Para o senhor entender: como esses agentes eram deslocados das suas origens, das suas casas, eram montadas equipes, eles não ficavam permanentemente 24 horas em função disso aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas, o senhor pode medir para a Comissão? Porque o que espanta é que, na hora que o senhor diz que 52 agentes estiveram envolvidos na operação e não esclarece que, temporalmente, esses 52 agentes não eram integrais, não trabalhavam integralmente. Seria bom se o senhor pudesse quantificar, nesses 4 meses, quantas horas de trabalho esses agentes prestaram para a operação, porque fica estranho para quem está ouvindo. Eu entendi o senhor; entendi, ainda não estou fazendo um juízo, vou fazer ao final, no relatório, mas entendi quando o senhor disse que “era prestação de apoio para trabalhos eventuais para levantar endereço”. Mas o senhor bota 52 homens; se o



senhor não esclarece, não destrincha, para dizer. São 52 homens, 4 meses, e o senhor não consegue quantificar aqui para nós e para a opinião pública, vai parecer que, na verdade, era algo extremamente estrondoso que envolia 52 homens — é porque o Deputado reclamou. Se a Polícia Federal tinha 8 agentes e a ABIN coloca 52, fica uma desproporção muito grande. O senhor poderia quantificar quanto tempo...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado, na verdade, até pelo que entendi do depoimento do Dr. Paulo Maurício, o que aconteceu foi que a ABIN, nessa operação, disponibilizou, em média, de 12 a 13 agentes — eram 4 fixos, e 9 ou 8 em regime de revezamento. É isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Era isso que eu gostaria de que ele explicasse melhor, para poder não parecer que eram 52 homens de tempo integral, 24 horas por dia, não comiam, não dormiam, ficavam só pesquisando a vida do Sr. Daniel. (*Pausa.*)

Enquanto o senhor localiza, eu pergunto para o senhor: essas despesas, os supostos 300 mil — o senhor já falou que tinha um orçamento para as operações que estavam no Rio de Janeiro....

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, em São Paulo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... investigando a questão da PETROBRAS; tinha outro grupo em São Paulo, pesquisando os estrangeiros. Houve alguma despesa que foi feita, autônoma e especificamente, só para fazer o apoio à Polícia Federal?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - É que essas solicitações eram pontuais. Então, as equipes que estavam, como nós chamamos, naquela área, elas eram deslocadas, então, quando havia uma solicitação do delegado para se confirmar um endereço comercial ou residencial, uma dupla — uma dupla que eu falo são 2 agentes — era deslocada para fazer esse trabalho e voltavam para a sua outra atividade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É porque o Deputado Marcelo, em outras audiências e hoje também, tem perguntado o seguinte... Tirar passagem, pergunto para o senhor: o senhor sabe se foi deslocado agente? Se havia duas



equipes, uma em São Paulo e outra no Rio, foi deslocado agente de São Paulo para o Rio de Janeiro e se necessitou de passagem?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu gostaria que o senhor explicasse se a despesa foi... Se havia um agente no Rio de Janeiro, pegou um carro e botou gasolina..; ou se houve alguma despesa vultosa que foi feita especificamente só para o apoio à operação do delegado.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Como nós tínhamos já esses trabalhos em desenvolvimento, as equipes eram escaladas, e o orçamento entrava num contexto dos outros trabalhos. É isso que eu ...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe se... Gostaria de que o senhor esclarecesse se o senhor tem conhecimento de que a ABIN já prestou colaboração, cooperação com a Polícia Federal, em qualquer lugar do País, em situações semelhantes a essas?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, há várias operações em que a ABIN já apoiou a Polícia Federal, em vários Estados, em Rondônia e no Nordeste. Então, são várias as operações que já ocorreram com o apoio da ABIN. O Ministério Público pede muito o apoio da ABIN em alguns Estados. Então, essa colaboração é normal entre as Instituições.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa colaboração o senhor considera institucional, portanto, e, na visão da ABIN, não precisa formalizar, escrever, fazer processo, em se tratando de apoio?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu considero institucional a partir do momento em que, dentro da nossa estrutura, ela seguiu os trâmites que teriam que ser seguidos — dentro da nossa estrutura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, o senhor considera que o que a ABIN fez... O senhor falou que o delegado procurou o Rio; depois, procurou o senhor; o senhor encaminhou para o adjunto; o adjunto encaminhou para o titular; o titular assentiu; o adjunto depois reuniu-se com o senhor, e o senhor deu o o.k.

O senhor considera que o que a ABIN fez foi correto, correto no sentido da legalidade?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Dentro das nossas atribuições, sim, e dentro de uma estrutura que faz parte do Sistema Brasileiro de Inteligência, que é o apoio a varias instituições.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre o equipamento que a ABIN teria comprado, segundo o Ministro Jobim declarou, a ele pode ser acoplado algum outro equipamento que pode levar à escuta?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu não conheço, tecnicamente, se pode ou não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas, depois dessa confusão toda, o senhor não conversou?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Depois dessa confusão toda ...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor não conversou?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não. Eu conversei, e as pessoas, os técnicos informam que isso aí não ocorre.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já foi perguntado pelo Presidente, e eu faço outra pergunta: que consequência trouxe para os senhores e para a ABIN a declaração de um Ministro do porte do Ministro Jobim no calor dessa questão?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu acredito que, com aquelas declarações, naquele momento, ele tinha inclusive a intenção de tentar sanar uma crise que estava lançada. Eu só posso imaginar isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por último, eu pergunto: o senhor tem informação se o Serviço de Inteligência das Forças Armadas também tem esse equipamento?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, eu tenho informações extra-oficiais que tem. Não oficiais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu que a agradeço V.Exa. suas colocações sempre pertinentes, sempre muito bem colocadas. E acho que V.Exa. tocou num ponto muito importante: que poder tem esse Sr. Daniel Dantas, que faz com que o delegado que o investiga não tenha o apoio formal da sua



instituição, Polícia Federal, e faz com que ele vá buscar numa outra agência o apoio para poder fazer o seu trabalho?

Então, acho que essa sua pergunta é uma pergunta muito importante, muito pertinente. Nós temos de saber do Governo por que o Governo não deu esse apoio necessário à Polícia Federal para ele fazer, o que fez com que ele fosse procurar num outro órgão de governo, fora de uma estrutura formal, o apoio para o seu trabalho.

Então, que V.Exa. colocou o dedo na ferida. É disso que nós precisamos verdadeiramente saber. E saber também o por que um Ministro de Estado deste Governo, o Ministro da Defesa, um dos cargos mais importantes do País, faz uma afirmação de que o equipamento da ABIN é um equipamento capaz de fazer a gravação, e toda a ABIN diz que o equipamento não é.

Então, eu acho que quem tem de dirimir essa dúvida, mais do que nós, é o próprio Governo.

Eu passo a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados presentes, eu vejo, Sr. Presidente, que parece que essa operação se transformou numa operação entre amigos, ou seja, se de fato... E, aí, na sede conhecida como Máscara Negra entrou o mascarado Ambrósio com a sua banda, ou seja a banda do Ambrósio, e se colocou como contra-informação; ou seja, naquilo que era a atribuição da ABIN, da Inteligência e da Contra-Inteligência, o Sr. Ambrósio entrou lá com uma senha e pegou essas informações. Acho que é muito... E disse que ele usou a sua equipe. Havia uma equipe que trabalhava com o Dr. Protógenes, que tinha aqui e em São Paulo, mas o Ambrósio estava lá o tempo todo, no edifício da Polícia Federal, e ninguém sabia que o Ambrósio era um ex-agente, que é um araponga que serviu no tempo da repressão, torturador, que utiliza das informações para ganhar dinheiro com isso. E ficou lá com uma senha. Às vezes, acontece, quando nós vamos a um Ministério desse, é pedido um crachá, identidade e tudo mais. Não sei como é que a Polícia Federal deixou que esse homem ficasse tanto tempo lá fazendo a contra-espionagem, porque de fato é a contra-espionagem do Sr. Ambrósio que aconteceu lá.



Isso mostra que os arapongas estão voando por todo este País. Acho que é o tipo de ave que mais há hoje nesse País, porque o crime organizado tem os seus arapongas, o narcotráfico tem, a máfia do combustível tem, o tráfico de armas e munições tem, as empresas de segurança privada tem, de segurança eletrônica tem. É o que mais tem aí por metro quadrado. Quer dizer, há arapongas por todos os lados.

Então, acho que a ABIN precisa ter um controle sobre esses arapongas. Aqui mesmo, no Congresso Nacional, um desses arapongas serviu a um setor do Exército, na época da repressão, e que ele continua trabalhando com toda liberdade, quer dizer, ganhando dinheiro com isso, e dizendo que ele estava, ele estava... ou seja, estudando numa universidade particular, paga com o dinheiro que ele ganhava dos serviços que ele prestava, e vivendo também desses serviços.

Uma coisa chama a atenção, e eu chamo a atenção desta CPI, que é a seguinte: no Brasil, cada vez mais — e aí sem controle, sem controle —, essa história do guardião, dos sombras e tudo o mais, sem ter controle... Várias Secretarias de Segurança Pública têm esse guardião, e não há qualquer controle. O que deveria ser feito através da autorização, hoje está sendo usado para bisbilhotar a vida de adversários políticos e tudo o mais. Então, acho grave, nesse sentido de que nós temos uma... além do guardião, que faz o trabalho de inteligência, que nós tenhamos um contraguardião, que seria uma contra-informação para controlar isso aqui. Não dá para ficar aberto dessa maneira.

Parece que, na operação, 2 pessoas... O Delegado Protógenes ficava um tempo aqui, ia para São Paulo, ia para outro canto. Mas o Ambrósio continuou o tempo todo lá no Edifício Máscara Negra e gravou... Diz aqui que ele e sua equipe monitoraram telefones, fizeram grampo, fizeram tudo. Ou seja... E utilizaram isso aqui para ganhar dinheiro. O que vemos hoje... Quando se fala de vazamento, pensa-se que é uma coisa que é de graça. Não é de graça, não. Ali tem muita mamona, que vem para poder aquele vazamento acontecer. Eu queria...

Aí tem um aspecto que me chama a atenção. Aqui foi dito que quem coordenava essa parte da ABIN, dos que foram colocados à disposição, era o Dr. Campana. O senhor fala que seria o Ribamar. Há uma contradição aí. Não sei... É importante que nós possamos destacar isso aqui.



Eu queria perguntar o seguinte: o Cláudio Humberto, jornalista, que tem uma coluna, disse que o senhor é um homem-bomba e que o senhor assusta o Planalto. Ou seja, se for... Ou seja... “*O Palácio do Planalto está assustado com o depoimento, esta semana, na CPI dos Grampos, do diretor afastado de Contra-Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência*”. Ou seja...

É claro que essa informação... Sabemos que há um interesse. Agora, para mim fica claro que o Daniel Dantas tem também um serviço de inteligência e de contra-inteligência, que ele infiltrou o seu Ambrósio para trabalhar isso aqui. Ou seja, ele tem inteligência, ele tem a “grampolândia”, que ele usa a cada momento, e ele nega. Mas depois diz: “*Eu não tenho nada a ver com a Operação Chacal. Não tenho nada a ver*”. Mas, no dia em que esteve aqui, já tinha entrado com uma ação para impedir que as informações da Operação Chacal chegassem até nós. Então, esse homem tem arapongas por todos os lados. Ou seja, é o Daniel Dantas rodeado de arapongas por todos os lados.

Na sua fala, o senhor diz... E aí as perguntas. Primeiro, o senhor diz que considera as escutas telefônicas clandestinas uma conduta gravíssima e criminosa por violar as garantias constitucionais de proteção à vida privada e a intimidade dos cidadãos. Em suma, é um câncer que deteriora o Estado Democrático de Direito.

Então, o senhor, como responsável pela contra-espionagem, o que é que o senhor teria, como contribuição, para que isso que acontece hoje como um câncer pudesse, pelo menos, virar uma feridinha que pudesse ser sarada? Mas está um câncer lá. Já não tem mais controle. Que contribuições o senhor teria para que nós pudéssemos, cada vez mais, enfrentar essa questão das escutas telefônicas clandestinas?

A segunda questão que eu levanto é: o senhor fala que, dentro da estrutura da ABIN, ela tem controles rígidos. Parece que essa rigidez não foi tão rígida, porque conseguiram colocar, agora, a ABIN numa situação vexatória, até com uma condenação antecipada contra a ABIN, colocando isso aqui. Ou seja, como enfrentar, cada vez mais, a contra-espionagem que vem do crime organizado para se contrapor à contra-espionagem que ocorre por parte da ABIN e do Sistema Nacional de Inteligência?



A terceira questão... Não dá... Quando houver uma operação, tem que ser uma operação que seja designada pela Direção-Geral da Polícia Federal ou da ABIN. E tem que dar todas as condições para que o delegado que vai presidir aquele inquérito tenha todos os instrumentos para fazer a investigação. Não dá para um delegado escolher os seus amigos. Eu acho que foi um grande erro escolher amigos entre eles, que estudaram com ele lá no curso. Não dá. Isso vaza. Isso vaza, com certeza. Tem que ser uma estrutura montada. É fulano ou sicrano que vai trabalhar. Tem que ter essas atribuições e tudo o mais.

Então, eu acho que a ABIN... a coordenação que autorizou errou ao deixar que o Dr. Protógenes escolhesse os amigos que trabalharam com ele. Não poderia isso acontecer.

E finalmente uma pergunta que me vem, a partir da matéria que foi publicada pela *ISTOÉ*.

É claro que aí são os arapongas que vão espalhando.

Diz assim:

"Na linguagem dos porões, o que eles vão descobrir é nitroglicerina pura.

Segundo arapongas revelaram à Istoé — ou seja, aí há contra-informação —, a operação gravou conversas e monitorou os passos de 18 senadores, 26 deputados, do secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, da ministra Dilma Rousseff, de ministros do STF e do STJ, advogados, lobistas e inúmeros jornalistas."

Ora, se o Sr. Ambrósio, com sua banda, é capaz de tocar e também, ao mesmo tempo, de jogar bomba de nitroglicerina, esse homem é muito perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

V.Sa. está com a palavra.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, o senhor perguntou, primeiro, como contribuir. A ABIN já vem tentando fazer alguns levantamentos — eu li aqui — dos relatórios que foram produzidos. E eu acho que



não haveria problema nenhuma que fossem difundidos para esta Comissão, só dependendo de uma autorização do Sr. Ministro. Isso aí e outras solicitações que forem feitas por esta Comissão, estaremos... a Agência Brasileira estará sempre à disposição. Com relação aos controles rígidos, eles são rígidos e foram seguidos, no nosso entendimento. O Sr. Ambrósio não... Ele é um servidor aposentado. Aposentou-se em 1998. A ABIN não tem nenhuma responsabilidade sobre a participação do Sr. Ambrósio nesse episódio. O Sr. Ambrósio apareceu nessa situação, e eu não quero jogar a responsabilidade para ninguém, para nenhuma instituição. Eu acho que... E mais: não pode ser a ABIN que vai ser responsabilizada sobre a atuação de um delegado que convocou uma pessoa que não...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu não disse isso não. Eu disse que o Ambrósio fez o papel de contra-espionagem. Certo? Penetrou... Ou seja, o Máscara Negra... teve um mascarado lá que penetrou e começou a trabalhar lá. Não estou dizendo que a ABIN fez isso não.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Desculpe, Excelência. Então, nós não podemos nos responsabilizar pelas atitudes do delegado que presidia esse inquérito. Se o delegado solicitou a ajuda da ABIN, se o delegado montou uma equipe paralela para fazer essa investigação, a ABIN entrou numa situação muito constrangedora, que nós estamos vivendo hoje. Essa exposição toda que a ABIN está vivendo... Os nossos servidores estão muito chateados com isso tudo. Particularmente, eu estou muito envolvido nisso — entendeu? —, porque nós estamos nessa situação. Não é a ABIN, com certeza... Como mencionou o Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Deputado Marcelo Itagiba, não é a ABIN que nós queremos, não é da ABIN que o Estado brasileiro precisa. Hoje, nós estamos sendo achincalhados na imprensa. Por quê? Porque demos um apoio a uma solicitação. Um erro? Temos que avaliar. Talvez... Ontem, na própria Comissão de controle externo da atividade de inteligência isto foi colocado: que algumas ações deveriam ser feitas com relação à Comissão. Um passo novo que está sendo dado é a criação de um departamento de integração, que se chama Departamento de Integração do SISBIN, que, a partir... Foi editado um decreto para a estruturação desse departamento, do sistema. A partir daí, com certeza, esses problemas não vão ocorrer mais, porque terão representantes de algumas instituições



permanentemente trabalhando em conjunto para que isso aí não ocorra mais. Nós não queremos ser... não aceitamos ser responsabilizados por essa ação de grampo ilegal. Nós não participamos... A Agência Brasileira de Inteligência, institucionalmente, não participou de ações de grampo ilegal. Se algum dos seus membros participou — e isso... eu garanto para o senhor que já está sendo feita uma investigação interna —, esse servidor será responsabilizado e será levado ao limite que a lei permitir. Isso aí, com certeza, é o nosso sentimento. V.Exa. imagine, neste momento, servidores que trabalham aí há vários anos — desculpe (*pausa*) —, que dedicaram suas vidas a essa instituição, ao País, agora estarem sendo achincalhados pela imprensa, por todos, de um problema que não é da ABIN. Esse problema... Eu não queria... Eu estava evitando falar isso aí. Esse problema é um problema da Polícia Federal. Tudo foi feito dentro do prédio da Polícia Federal. Na ABIN nada foi feito. Não houve reunião de agentes. O Delegado Protógenes não montou a sua base dentro da ABIN. O Delegado Protógenes trabalhava numa sala... Eu não conheço... Talvez o Presidente, depois, se puder me ajudar... No quinto andar do prédio do Departamento de Polícia Federal funciona a Diretoria de Inteligência Policial. E naquele ambiente foi montada a central desse trabalho, onde foi feito um pedido para que a ABIN fornecesse alguns servidores. E naquele ambiente... Hoje nós temos essa surpresa de que, depois dessa confusão, depois da reportagem da revista *ISTOÉ*, de que outros servidores... Eu concordo com os senhores, não deveriam ter servidores fora da estrutura governamental trabalhando nessa estrutura. Não vejo nenhum problema de a ABIN ter participado. A ABIN é uma instituição de Estado, que está sempre pronta para apoiar qualquer instituição, como faz — INSS, Receita Federal. E, naquele momento, nós apoiamos, com autorização. Não foi feita uma ação entre uns amigos. O que foi feito... O que aconteceu com conhecidos colegas foi, num primeiro momento, apresentar o Delegado Protógenes. A partir disso aí, o tempo passou. Isso foi no ano de 2006. Talvez o Delegado Protógenes tenha continuado visitando algumas instalações ou a própria Superintendência. E a partir daí surgiu o pedido. E hoje a Agência Brasileira de Inteligência se vê no meio dessa confusão. É uma confusão que não é nossa Deputado, Excelência. Essa confusão não é da Agência Brasileira de Inteligência. A Agência Brasileira de Inteligência entrou como um apoio institucional. Seus



servidores estão chateados, achincalhados, todo dia com o nome na imprensa, como grampeadores. O Deputado — eu esqueci o nome do Deputado, desculpe — falou que nós participamos de grampo telefônico. Em nenhum momento. Se foram feitas interceptações telefônicas ilegais, hoje existe um inquérito aberto pela Polícia Federal, que, com certeza, vai chegar e vai esclarecer toda essa situação. Agora, neste momento, nós é que estamos no meio dessa... dessa confusão. Nós estamos pagando um pato que não é nosso — desculpe o termo. Entendeu, Excelência? Com relação a... O que eu queria falar era isto: com relação a escolher amigos. O Delegado Protógenes não escalou nenhuma pessoa para trabalhar. Ele não escalou os seus amigos. Eu assumo a responsabilidade de estar controlando essa operação. Eu não posso passar essa responsabilidade para pessoas que receberam ordem para fazer. O coordenador de operações, que é meu subordinado, simplesmente escalava servidores. Então, a obrigação de assumir, como coordenador, o departamento é minha. Agora, também não foi feito nada, uma ação. Eu não tomei uma decisão. Essa coisa toda, como foi falado nas minhas palavras iniciais, seguiu todos os trâmites. Ela seguiu os trâmites que... Os senhores podem... *“Por que não foi escrito? Por que foi verbal e tal?”* Ela seguiu os trâmites. Naquele momento, eu, como diretor, entendi que, falando com meus superiores e eles dando o apoio, a coisa poderia ser feita, porque nós entendíamos que seria uma coisa simples. Agora, que existiu também um descontrole interno dentro do Departamento de Polícia Federal, existiu. Não quero levar responsabilidade para outras instituições. Eu estou aqui representando a Agência Brasileira de Inteligência para falar sobre as nossas responsabilidades. Mas, na concepção, na construção de resolver um problema de um inquérito ou de uma investigação que o delegado vinha desenvolvendo, ele utilizou várias estruturas. Estruturas oficiais e, pelo que nós estamos tomando conhecimento, inclusive estruturas não-oficiais, que freqüentavam, que trabalhavam dentro das instalações da Polícia Federal, aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, há uma dúvida que fica ainda na cabeça de quem está olhando essa coisa toda, e é o que nós todos estamos dizendo. Nós sabemos do valor e da necessidade de termos uma Agência



Brasileira de Inteligência. Nós reconhecemos o profissionalismo daqueles que lá estão, desde os seus primórdios até hoje.

O que me parece estranho, e tem parecido estranho a todos que aqui se encontram, e vemos o senhor emocionado... Aliás, o senhor é um bode expiatório nessa situação, porque a coordenação ficou sob sua batuta. Mas eu sei que a operação não é sua. Alguém lhe deu esses comandamentos. Isso não veio de baixo para cima. Isso veio de cima para baixo. E é isso que precisa ficar claro, senão nós vamos ficar dando volta no mesmo lugar. E isso precisa ser dito, isso precisa ser explicado, porque dificilmente, principalmente envolvendo... Qualquer analista médio vê que a lógica não é de baixo para cima. A lógica é de cima para baixo. Isso precisa ficar dito. O senhor recebeu um comandamento. Como disciplinado que é, executou uma operação. Ficou sob sua responsabilidade. Se se deu mal ou se deu bem, é um outro problema. Mas o que não pode, me parece, é ficar no colo da instituição. Essa é a questão que todos aqui estão colocando. Ninguém é contra, aqui nesta Comissão, uma Agência Brasileira de Inteligência. Muito pelo contrário. Todos aqui são ardorosos defensores da necessidade que o Estado brasileiro tem. O que nós estamos contestando é se essa era uma missão de interesse nacional, se essa era uma missão de interesse do Presidente da República. Eu acho que essa é que é a questão que está sendo colocada.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, concordo com V.Sa... com V.Exa. e acredito que a decisão foi tomada pela Direção-Geral da ABIN. Não a ordem, mas a decisão do apoio foi tomada pela Direção-Geral da ABIN. Nós não tomamos nenhuma iniciativa. Em nenhum momento, nenhum homem foi colocado na rua, nenhum servidor se apresentou ao prédio da Polícia Federal, em Brasília, sem que antes nós tivéssemos a autorização da Direção da ABIN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Faço uma pergunta a V.Sa., até para demonstrar a competência e o trabalho que V.Sa. desenvolve na área ou, pelo menos, não só de V.Sa., mas da estrutura como tal.

É verdade que o setor de contra-inteligência da ABIN plotou e identificou uma servidora da ABIN oferecendo seus serviços para a Kroll, que presta serviços ao Sr. Daniel Dantas, ou não?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu, eu, eu não conheço. Esse caso é um caso antigo que ocorreu na ABIN. E me parece que existem indícios de que ocorreu esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E foi detectado internamente, não é? Quer dizer, foi um trabalho de competência da Agência em verificar as infiltrações que existem e que levaram à constatação desse fato. Não foi um agente externo ou um fato externo que informou para a Agência a existência de um infiltrado ou de alguém que estava dentro da Agência querendo se aproveitar da Agência para fornecer informações à Kroll. Não é isso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao próximo inscrito, Deputado...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Nós invertemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Paulo Maurício, senhoras e senhores aqui presentes: no meu curto período aqui, Presidente — são 6 anos —, eu nunca vi nada igual, e peço o seu testemunho. Nas minhas intervenções aqui, eu procuro sempre ser pontual, procuro ser preciso, procuro não adjetivar, mas é inevitável dizer, é inevitável dizer — e aí não vai nenhum *animus* contra o senhor, especificamente — que eu jamais vi nesta Casa tamanha desfaçatez. Eu jamais vi nesta Casa tamanha contradição de depoimentos. Eu diria até que, se fosse para fazer uma brincadeira, parece que eu estou assistindo ao filme Os *Irmãos Cara-de-Pau*, porque é inacreditável, é inacreditável, é inacreditável que tenhamos ouvido aqui o diretor da ABIN nos dizer que a participação foi informal e hoje sabermos que cinqüenta e tantos homens participaram. Isso é um escândalo! Isso é um escárnio! Não da para ouvir isso e não ficar revoltado. Como é que os senhores têm... Vou refazer para não ser grosseiro: como é possível ter aproximadamente 5% do contingente da ABIN envolvido e dizer que isso é informal? O senhor me desculpe, mas os senhores pensam que nós somos o quê? Como é possível ouvir, como eu ouvi do senhor agora, dizer: a responsabilidade é da Polícia Federal, se contrariando a Lei de 1999, que criou a ABIN, que diz no seu art. 10º que tem que informar à mais alta autoridade



hierárquica do órgão que está participando, não foi dada nenhuma informação? Cinquenta e seis homens, 300 mil reais! Sr. Presidente, é um pouco demais para o estômago de qualquer um. É demais!

Como é que é que nos ouvimos o depoimento aqui do Dr. Paulo Lacerda, com toda atenção e respeito, depois ouvimos o do General Jorge Félix, onde, mais uma vez, é enfatizada a informalidade, a participação compartimentada? Algo que começa com Protógenes, amigos, e sobe, e vai terminar com anuência do Presidente. E eu leio aqui no depoimento escrito do senhor, que diz o seguinte — está aqui o senhor dizendo, com todas as letras: “*Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tendo a convicção de que o apoio dado pela ABIN à Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal caracterizou-se como institucional*”. Presidente, é brincadeira. Porque, Sr. Paulo, o senhor me faça um obséquio: leia o depoimento do Dr. Lacerda; ele diz exatamente o contrário do que o senhor está dizendo aqui. E como é que o senhor caracteriza como institucional uma participação que não tem um documento; que não tem uma ordem por escrito; que não tem nenhum grau de formalização; que cede essa quantidade de servidores; que envolve esse volume de recursos? E o senhor diz para mim que isso é institucional?

Eu acho que o senhor não está querendo fazer pouco caso dessa Casa nem de mim, mas eu não sei a que atribuir uma afirmação como essa que o senhor coloca aqui. Me desculpe, porque não faz nenhum sentido o que o senhor está dizendo; ou, então, não faz sentido o que os outros disseram. Não faz nenhum sentido.

E se os senhores hoje estão penando por isso é exatamente por conta desse descontrole, pelo total descontrole. Porque sabe a nós o que parece isso? Uma operação barriga de aluguel. Uma operação barriga de aluguel clara. O Dr. Paulo Lacerda fez um único pedido ao Dr. Luiz Fernando Correia: *não mexa na Operação Satiagraha; não mexa no Protógenes*. O único pedido que ele fez. Talvez ele possa esclarecer, aqui, no retorno, porque fez só e exclusivamente esse pedido. Em seguida, e isso depoimento também de ontem, foi dito pelo próprio Senador Heráclito, Presidente, que deu o testemunho de que o Dr. Paulo Lacerda disse a ele — ao Senador Heráclito, e eu invoco o testemunho ouvido ontem —, o Dr. Paulo



Lacerda disse ao Senador Heráclito que a Operação Satiagraha estava sendo sufocada, que estava perdendo todos os seus recursos e instrumentos.

Vamos ser abc? Um, o único pedido que se faz é para manter a Satiagraha e o Dr. Protógenes; dois, o Dr. Paulo Lacerda dá um testemunho, dado ontem pelo Senador... Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se puder interromper por dois minutinhos, Deputado,...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... para que o depoente possa sair um minutinho.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Claro, não tenha dúvida. Aguardamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou se V.Exa. quiser continuar sua manifestação, estarei aqui para ouvi-lo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Jungmann, agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Para concluir essa diatribe, Presidente.

Chegamos ao máximo, ao cúmulo, quando a ABIN publica uma nota oficial, se eu não me engano no dia 14 de julho do corrente ano, onde diz lá... Inclusive, lembro-me bem, eu li isso para o Dr. Paulo Lacerda. Não teve ingerência, não teve participação, não teve nada a ver; isso não se sustenta em nenhuma condição, em nenhuma situação. Com 5% do efetivo da casa participando disso, sem informar o outro lado? E com participação terceirizada lá dentro? Desculpe-me, é insustentável e beira o escárnio, essa história. Essa história vai ser contada, eu não tenho a menor sombra de dúvida, está certo, eu não tenho a menor sombra de dúvida. E ela não vai, efetivamente, ser condescendente com os senhores, ela não vai ser.

Bom, vamos a algumas perguntas. Eu passo a elas. Esta operação custou 300 mil reais aos cofres da ABIN? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: o — como é o nome dele, o tal do araponga, agora? —
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - O Francisco Ambrósio, pela informação que tenho, recebia, por quinzena, em torno de 1.500 reais da verba secreta do Sr. Protógenes. O senhor tem informação disso? O senhor confirma isso? É a segunda das questões.

A terceira questão é a seguinte: esse senhor Márcio Schultz, Scheltz — como é o nome dele?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Seltz. Ele pertence aos quadros da ABIN? Não pertence? O que ele estava fazendo lá dentro da Polícia Federal? Qual era o papel dele, qual era a função dele?

São essas as primeiras perguntas. Depois eu complemento, Presidente, por favor.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Obrigado, Excelência. Inicialmente, eu gostaria de falar que eu tenho o maior respeito por esta Casa, Excelência. Como eu falei anteriormente, nós tínhamos outros trabalhos que eram desenvolvidos nas regiões abrangidas, Rio de Janeiro e São Paulo. O custo desse trabalho, ele foi englobado dentro dessas operações.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Mas era 300 mil?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não chegou a 300...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - A quanto chegou?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Se nós fôssemos... O problema é que ele não era específico para apoio à Operação Satiagraha.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Uma estimativa.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Uma estimativa, entre uns 250 mil, alguma coisa...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Duzentos e cinqüenta mil reais. Por favor.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - É, que inclui passagens e diárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O que me preocupa mais, viu, Deputado Jungmann...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...e acho que V.Exa. colocou uma coisa com muita propriedade, e ele, de alguma forma, respondeu com propriedade. Na verdade, montou-se uma história-cobertura para se justificar a movimentação de pessoas e de recursos para apoiar essa operação. Ou seja, colocaram-na sob um guarda-chuva de algo que deveria ser feito ou que estava em andamento. Então, embaixo desse guarda-chuva, para não abrir uma situação específica, colocou-se essa operação. Acho que é mais grave ainda.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - E isso, Presidente, acontece por quê? Quando há mudança de comando na Polícia Federal, o Dr. Luiz Fernando Corrêa tira da Diretoria... Porque o Protógenes tinha relação direta com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, que faz o pedido, o único que ele faz. Ele sai de lá, e isso passa a ser descentralizado. O Protógenes, então, sente-se exatamente perdendo força e sem ter aquele respaldo. É quando ele faz o recurso à ABIN. E, aí, fica claro, a essa altura, que a ABIN vai dar esse suporte que ele tinha perdido de uma maneira informal, e o pior — mas isso nós vamos ver adiante, eu quero ouvir o senhor a respeito das outras questões — é que vai ocorrer uma terceirização como cobertura disso tudo.

Mas eu quero ouvir o senhor, por favor.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Com relação a pagamento, remuneração de 1.500 reais...

] **O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN** - Antes disso, 250 mil reais seria o valor estimado do senhor, é isso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Muito obrigado. E com relação à remuneração?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu não tenho conhecimento se ele recebia ou não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - De que o Protógenes pagava a ele, da sua verba secreta, em torno de 1.500, por quinzena?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - E com relação ao Sr. Márcio...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado Jungmann, V.Exa.
me permite...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann - Pois não, por favor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ...até para ficar claro para essa Comissão Parlamentar de Inquérito, V.Exa. está trazendo uma informação de que o Delegado Protógenes, no curso da investigação Satiagraha, ou no Departamento de Inteligência, de que ele participa, tem uma verba que é destinada a operações secretas e que o pagamento do Francisco Ambrósio teria sido realizado com esse tipo de verba?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann - Sim, estou. Obrigado.

Então, essa terceira informação, com relação ao Sr. Márcio Schultz, Scheltz...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelênci, eu vou lhe...
Com relação... Voltando à pergunta anterior, não tenho conhecimento de como o Sr. Ambrósio era remunerado, se era com verba secreta, qual era a remuneração dele, e nem o valor — eu não tenho esse conhecimento. O Sr. Márcio Seltz, um servidor da ABIN, concursado, de 1999, é um analista de informações da ABIN, que foi designado para que se apresentasse ao Delegado Protógenes Queiroz na sede da Polícia Federal. E, naquele local, ele iria apoiar o Delegado em algumas tarefas que lhe fossem pedidas. A participação desse servidor, ele não tem... ele recebeu a missão, a atribuição de se apresentar ao Delegado naquele momento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann - Recebeu de quem a atribuição para ir para lá?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, não foi minha, não foi minha. Nesse momento...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann - De quem?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu estava... Foi uma situação de que eu não estava participando, e depois eu soube que o Márcio Seltz tinha sido escalado, porque nós tínhamos dificuldade de montar equipe, ele tinha sido escalado para participar desse trabalho. Eu, quando... Eu não me recordo, nós estávamos em um momento de transição dentro da ABIN, de diretoria, nós estávamos participando de muitas reuniões, de muitas coisas. E essa definição do



Márcio Seltz, eu me comprometo com V.Exa. de trazer o mais rápido possível como ele entrou nisso aí.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - O senhor poderia nos dizer se teve algum diálogo, alguma conversa ou recebeu alguma determinação do Dr. Paulo Lacerda a respeito da Satiagraha e a participação da ABIN na Satiagraha? O senhor recebeu ordens dele a respeito da Satiagraha?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Diretamente do Dr. Paulo Lacerda, não. Eu recebi a confirmação, a orientação e a determinação de que poderia ser dado o apoio do Diretor-Adjunto da ABIN.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - E essa evolução, até chegar aos 50 membros, ela se deu com o conhecimento, com a decisão colegiada? Quem tinha a responsabilidade, já que o senhor disse que é institucional, de ir ampliando esse contingente até chegar a esse número? Quem é que determinou isso? E isso se fazia sem um documento interno, sem uma autorização por escrito ou formalizada?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu queria voltar a essa explicação. O pedido inicial do Delegado é que o apoio seria de 30 dias. Foi montada uma estrutura para dar esse apoio, aproveitando os outros trabalhos. Quando estavam se fechando os 30 dias de apoio, o delegado solicitou — isso está escrito, aqui —, o delegado solicitou, eu não preciso ler, porque ele solicitou ao servidor, que era contato dele, que existia um servidor em contato com o delegado... Quando nós falamos institucional, no meu entendimento, eu coloquei aqui, porque fui eu que escrevi esse texto, eu considerei institucional, porque a partir do momento em que talvez o institucional entre instituições não tenha ocorrido, como não ocorreu. Mas, no meu entendimento, a partir do momento em que eu recebo ordens — *Olhe, está o.k. Vocês podem fazer esse trabalho que foi solicitado* —, para mim, virou institucional. Eu tenho responsabilidade de assumir isso aí.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - É a tese da obediência devida. Eu já ouvi isso em um outro tribunal muito famoso, Nuremberg.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu vou continuar...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Mas eu só queria perguntar ao senhor o seguinte: o fato de que a lei determina que seja informada a mais alta autoridade do órgão que é contraparte, por que isso não foi seguido? Por que o Dr.



Luiz Fernando não foi informado disso? Qual a razão? Tanto que o Daniel Lorenz — é isso — toma um susto quando encontra na área restrita de inteligência, agentes da ABIN lá dentro. O que quer dizer que nem o chefe de inteligência sabia, imaginem o Dr. Luiz Fernando. Então, o senhor acha que a institucionalidade, a legalidade dessa operação, ela foi seguida? E se não foi seguida, por que não?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, o relacionamento... a ligação do Diretor-Geral da Polícia Federal da nossa instituição é feita pelo nosso Diretor-Geral ou pelo Diretor-Adjunto. Eu não tenho, dentro do meu nível hierárquico, contato com o Diretor-Geral da Polícia Federal. Eu vou ser muito... Eu estou sendo muito sincero para os senhores. Eu não imaginava... Porque isso na ABIN não aconteceria. Isso eu posso lhe garantir. Uma estrutura, a partir do momento que é convidada e pede-se um apoio... Só estou querendo criar um quadro para o senhor imaginar o que pode acontecer. Foi pedido um apoio mesmo que através de um colega, de uma superintendência, e de um delegado, presidente de um inquérito que tem a sua sala no edifício-sede da sua instituição. Eu... Hoje, eu não consigo imaginar que esse delegado não tenha dado ciência ao seu diretor, e seu diretor consequentemente é o Diretor-Geral. Porque na ABIN isso aí não aconteceria, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Desculpe-me, a lei é clara, a responsabilidade é dos senhores. Pode não ser do senhor, precisamente, mas é do seu chefe. Está na lei, art. 10º. Mas, tudo bem. Passemos para uma questão que tem outros. Troquei. Enfim, não quero... Eu só tenho duas questões...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu, eu, eu...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Sim, o senhor tem mais alguma coisa?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, desculpe, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Não, se o senhor tiver algum complemento, eu ouço.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu queria explicar sobre o servidor Márcio Seltz.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Pois não.



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O servidor Márcio Seltz, não sei se estou me repetindo, é um servidor concursado, tem 35 anos, um excelente profissional, que estava cumprindo a sua determinação, uma determinação: que ele se apresentasse ao Delegado Protógenes. O Delegado Protógenes iria dar a ele as tarefas que lhe fossem atribuídas.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Duas questões para encerrar. A primeira delas é a seguinte: o senhor tem conhecimento ou alguma vez a ABIN, utilizando verbas secretas, contratou, terceirizou escuta telefônica, grampo ou escuta ambiental? Ou seja, a ABIN já utilizou a sua verba secreta alguma vez para contratar ou terceirizar escuta telefônica ambiental ou similar com a sua verba secreta?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não é do meu conhecimento, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Mas fez ou não fez, independentemente do conhecimento?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não fez.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Não fez?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Acredito que não tenha feito.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Acredita ou não fez?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, eu posso continuar?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Por favor.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Por favor. A nossa estrutura, ela é muito compartimentada. Eu não quero aqui procurar... Então, as áreas, os departamentos, eles não se comunicam. Cada área tem a sua atuação. Eu posso falar pela minha área de atuação. Eu era Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência, que tinha como atribuição acompanhamento de estrangeiros em todo o território nacional. Como Chefe de Operações de Contra-Inteligência — e aí eu posso lhe falar isso —, seria minha atribuição tentar fazer uma... Não houve. E agora, há 5 meses na direção do Departamento de Contra-Inteligência, nunca se terceirizou intercepção telefônica.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, eu vou perguntar uma coisa para o senhor: o senhor tem, na condição de Chefe da Contra-Inteligência, alguma informação relativa a países que, de alguma forma, se integram ou cooperam com os serviços de inteligência do Brasil e com as Polícias que sejam detentores ou possuidores de maletas de interceptação telefônica?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNADO PINTO - Excelênci, nós temos alguns indícios de que — não serviços a mando de governo estão, mas pessoas, ex-integrantes de serviço de inteligência estrangeiros que hoje exercem suas atividades no País —, indícios de que poderiam exercer esse tipo de atividade. Isso aí é um acompanhamento da Contra-Inteligência. Isso aí... Eu posso lhe dizer que existem esses indícios. Nós ainda não chegamos a uma comprovação, porque, se tivéssemos chegado, teríamos repassado isso para a Polícia Federal. Mas existem indícios de ex-membros, não países, representações diplomáticas aqui acreditadas, mas ex-integrantes. Isso aí é uma prática mundial. As pessoas se aposentam e, às vezes, pegam esse caminho. E, no Brasil, existem algumas pessoas plotadas, detectadas, que são ex-integrantes de serviço de inteligência e que hoje estão atuando aqui dentro de todo o País.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Voltando ao Senador Heráclito Fortes, que ontem nos fez um relato de que ele estava num restaurante, Presidente, quando o *maître* do restaurante o perguntou o seguinte: “*A sua segurança, Senador, vai jantar também?*” E o Heráclito respondeu: “*Se eu não ando com nenhuma segurança!*” — com aquele vozão dele. “*Não ando com nenhuma segurança.*” “*Não, mas tem uma segurança aqui do senhor.*” Ele disse: “*Não, não tem*”. “*Quem são?*” “*São aqueles dois.*” E ele, então, começou a observar que ele se deslocava de um canto para o outro e que efetivamente era seguido. Até que abordou: “*E aí, trabalho duro, pessoal?*” — trabalho duro e tal, etc. E que esses cidadãos teriam se identificado. Ele perguntou: “*Afinal, o que está fazendo?*” E que eles seriam agentes da ABIN que estariam seguindo um Senador da República. Depois, ele soube, num posto de combustível, que tinham deixado lá, pedindo informação, um telefone, que depois foi checado e, enfim, pertencia a uma outra senhora. É uma história que ele poderia narrar. Mas, fundamentalmente, eu quero perguntar isso: quem eram esses



cidadãos que seguiam o Senador da República e que, segundo o Senador, pertenciam aos quadros da ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNADO PINTO - Excelência, essa é uma boa pergunta para esclarecer essa situação. Nesse momento, eu estava sendo ouvido na Comissão. O senhor se retirou... V.Exa. se retirou, e o Senador Heráclito Fortes voltou a fazer essa pergunta para mim. E eu tive a oportunidade de esclarecer. São 2 situações distintas que ocorreram de histórias com o Senador Heráclito Fortes a partir do momento... Eu não sei se antes de eu chegar ele falou isso, mas são 2 situações distintas: uma, que foi um incidente, vamos dizer, operacional que ocorreu quando uma equipe, dentro do apoio à Operação Satiagraha, estava tentando confirmar o endereço comercial que havia sido solicitado pelo delegado. Nessa situação, ocorreu um incidente, onde um motorista dessa pessoa, que os agentes partiram para essa missão com um endereço em Ipanema — e isso foi bem divulgado pela imprensa —, um endereço em Ipanema e uma placa de carro... Essa equipe iniciou seu trabalho, estava fazendo anotações ali naquele momento, e houve uma desconfiança, porque o Rio de Janeiro é uma cidade muito complicada com relação à questão de segurança pública. Foi acionada a Divisão Anti-Seqüestro do Rio de Janeiro e esses agentes foram abordados nessa situação. Nesse momento, um deles teria se identificado como sendo da ABIN. Aquele episódio morreu ali, e a autoridade policial entendeu que eles estavam fazendo o trabalho deles, e morreu. A outra situação que o Senador Heráclito Fortes colocou foi de que realmente ele estava num hotel, ele se sentiu seguido e, num determinado momento, abordou. Mas nessa segunda abordagem não houve identificação de pessoas se identificando como sendo da ABIN. A identificação de uma pessoa como sendo da ABIN foi num incidente que ocorreu quando esses agentes foram abordados pela Divisão Anti-Seqüestro do Rio de Janeiro. Então, são duas situações que ocorreram e, naquele momento, eu pude conversar com o Senador Heráclito Fortes e explicar para ele que não eram agentes da ABIN fazendo qualquer tipo de acompanhamento endêmico.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Eu não acompanhei a segunda etapa. Na primeira etapa, o Senador foi claro de que abordou, inclusive, e que, no caso do restaurante, eram agentes da ABIN. Mas como ele não está presente,



passo à última das perguntas, Sr. Presidente. O senhor tem conhecimento de que operação Satiagraha terceirizou ou comprou serviços de terceiros de escuta telefônica ambiental, ou seja o que for? Ou seja, a coordenação... O senhor aqui foi claro em acusar a Polícia Federal de responsabilidade por esse imbróglio. Está registrado, o senhor várias vezes disse aqui: “*A perda de controle é da Polícia Federal*” e tal, etc etc. Muito bem. Então, nós sabemos que ocorreram, enfim, escutas, as mais diversas, umas legais, outras não. O senhor tem conhecimento de que a Operação Satiagraha realizou a compra terceirizada de serviços de escuta, seja ambiental, seja através de ERB, seja através de outras formas? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, se V.Exa. me permite, primeiro eu gostaria de esclarecer. Eu não responsabilizei a Polícia Federal como instituição. Talvez eu não tenha me... Eu, sim, eu acho que o Delegado que estava presidindo o inquérito é que tomou atitudes que não deveriam ser tomadas, e aí, sim, a responsabilidade dele dentro da instituição dele... quem teria que fazer esse acompanhamento, aí, sim, a responsabilidade de saber o que estava acontecendo dentro da Polícia Federal. Eu só... Eu não quis jogar nenhuma responsabilidade para dentro da instituição Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - O que é interessante — conluso, Sr. Presidente — é que, toda hora, o senhor diz que a Polícia Federal tinha que ter a responsabilidade de saber o que se passava na Polícia Federal, mas a ABIN não sabia o que se passava dentro da ABIN, porque foram inúmeras vezes que o senhor aqui, inquirido, disse que não sabia porque é o grande biombo, era compartimentado. Então, cabe responsabilidade à Polícia Federal por saber, mas não cabe aos senhores, porque, afinal, a ação da ABIN é compartimentada.

Fica também de todo evidente, ilustre Sr. Relator e Sr. Presidente, de que não existem controles hoje eficazes, eficientes e consolidados com o que diz respeito à atividade da ABIN, e eu diria: não existe de há muito, até para não ter nenhum vezo momentâneo. Então, vou deixar bem claro...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Pois, não. Por favor.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Inclusive uma das sugestões que eu iria apresentar no início da Comissão é de que façamos até uma delegação desta Comissão para ir ao Senador Garibaldi Alves e ao Deputado Arlindo Chinaglia para que a gente possa ter o compromisso deles de que, tão logo o Congresso retome à normalidade das atividades, que seja convocada uma sessão do Congresso para aprovarmos a resolução que regulamenta em definitivo a atuação da comissão externa desta Casa que fiscaliza as atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência, para que possamos colocar esta Comissão para funcionar.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Aplauso, concordo e tem todo o meio apoio. Só concluo, ilustre Relator, dizendo o seguinte: fica claro e evidente para todos nós que o arcabouço de controle de acompanhamento da ABIN é absolutamente incompatível com a dimensão, com a importância, que eu reconheço, sou favorável à ABIN, quero deixar bem claro também, a instituição de inteligência dentro de um regime democrático, mas não existe a menor... o GSI não tem condições de fazê-lo, é óbvio, é evidente, é claro e é evidente que precisa reformular essa estrutura para que se possa ter o controle.

Sr. Presidente, antes de devolver a palavra a V.Exa., quero apenas reiterar aquela idéia que o senhor aqui colocou, e que eu precisei, de que nós pudéssemos ir, *in loco*, fazer uma vistoria, evidentemente acompanhado de peritos, nesses equipamentos existentes na ABIN.

Quero agradecer ao Sr. Paulo. Se eventualmente fui um tanto quanto mais abrasivo, é porque a situação, Sr. Paulo, se impõe. Ela se impõe, efetivamente. O conjunto da obra, digamos assim, é absolutamente contraditório, é absolutamente inconsistente, é absolutamente contrário a todo e qualquer padrão do serviço público e, enfim, dos procedimentos administrativos e legais que se deve ter num caso como este, numa situação como esta. Também quero agradecer o Deputado Gustavo Fruet, que nos cedeu a vez e, disciplinadamente, como é do seu feitio, aqui aguardou as nossas colocações, que ele vai fazer com muito maior amplitude e consistência.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Raul Jungmann, vou aproveitar para informar, em primeira mão, que eu já recebi a confirmação dos



peritos da área específica da UNICAMP, de rádio e comunicação. Estão à disposição da CPI para auxiliá-la — inclusive, sem qualquer remuneração —, para que possam ser feitas as perícias nesses equipamentos. E tão logo aqueles que desejam participar desta comissão que vai fazer essas verificações se inscreverem, e eu os designarei, e agendarei a data para que nós possamos fazer não só essa inspeção, mas uma outra, que acho fundamental, que é a questão das maletas, que existem em alguns órgãos públicos e que precisam ser auditadas. Porque todo o mundo diz: "*Elas podem ser auditadas*". Mas quem as audita? E que números estarão ali inseridos? Quando as solicitações de interceptações são feitas é informado aos juízes que não serão feitas através do Guardião, e, sim, através da maleta? E o juiz, depois, verifica, na maleta, se aqueles números foram os únicos números colocados na maleta, ou não? Então, só uma perícia vai poder efetivamente nos informar.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Quero trazer mais uma informação, inclusive ao conhecimento do Sr. Relator: o Delegado Protógenes solicitou à Polícia Federal o emprego da maleta ERB para fazer gramos, e lhe foi negado. Ele chegou... Espero que em outros depoimentos aqui esse fato seja checado. Mas informo ao Sr. Relator que ele solicitou para fazer isso, e lhe foi negado.

E por fim, só 2 pedidos de esclarecimento, Presidente. Como ficamos com relação aos demais requerimentos, sobretudo alguns que me parecem um tanto quanto — evidente que ao entendimento do Relator — urgentes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nós vamos votar os 2.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Ótimo.

A segunda coisa é o seguinte: alguma resposta sobre a questão das operações da Polícia Federal, que nós precisávamos ter acesso à quebra de sigilo? Temos alguma informação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Temos, sim, informações, temos mais uma liminar concedida pelo Supremo para não acessarmos o disco rígido do Opportunity — que não era nosso objetivo, inclusive. Mas no que diz respeito ao resto, me parece que a liminar não alcança esse quesito. Então, os demais quesitos nós poderemos solicitar. E o ofício está sendo encaminhado para solicitar esses dados.



Eu até queria colocar uma questão. Nós ficamos sempre perguntando: o que faz uma Agência Brasileira de Inteligência? Por exemplo, nos Estados Unidos ninguém assume um cargo público que não seja escrutinado por uma agência de informações. Mas de forma oficial, clara. Então, qualquer um que se sujeita a ser nomeado por um cargo de DAS na administração pública, ou num cargo de Ministro, ou num cargo de Ministro de Corte superior, ele tem que saber que vai sofrer, ostensivamente, uma verificação da sua vida. E é assim que funciona nos Estados Unidos, onde vão perguntar ao vizinho se o indivíduo bate na mulher, se é mau com as crianças, se arruma confusão na quadra. Quer dizer, todo o perfil psicológico é traçado daquele indivíduo na sua conduta do dia-a-dia. E hoje você ouve aqui dizer que a ABIN não tem mais dossiê de ninguém, ou que a ABIN não tem mais cadastro de ninguém, que a ABIN é um mero digitador do Google. A ABIN entra no Google e pergunta: “Google, o que consta dessa pessoa aí?” Então, nós não precisamos mais da ABIN, nós precisamos ter só o Google. Então, eu acho que nós temos que acabar com essas falsas verdades, ou essas falsas mentiras — está sendo uma redundância —, de que não tem isso, mas tem aquilo, porque senão, na verdade, nós não precisamos de mais nada. Precisamos de um Google, que a gente consulta e já pede para alguém bater um relatório e encaminhar. Então, tem que dar a missão e cobrar a missão. O que não pode é ficar uma agência que tenha a missão que ninguém sabe qual é, porque não tem nada, porque não tem nenhum equipamento, porque não espiona os espiões estrangeiros.

Então, eu acho que essas são as questões que nós precisamos debater, inclusive nesta Comissão proposta pelo nosso Relator.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Gustavo Fruet; depois nós vamos aprovar os requerimentos, quer dizer, votar os requerimentos; e depois vamos ouvir, ainda, o representante do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente; Sr. Relator; boa noite, Dr. Paulo.

Sr. Presidente, eu também imprimi uma preliminar de forma muito objetiva: de um lado, a preocupação com relação à Operação Satiagraha. Evidente que depoimentos aqui na CPI serão muito úteis, provavelmente, para análise do caso e para a defesa. E já se questiona, inclusive, o princípio da jurisprudência americana,



do fruto podre da árvore envenenada. Mas hoje o Procurador responsável pelo caso já dá uma declaração importante, e a expectativa é de que esses fatos não comprometam a investigação e não comprometam o resultado do processo, o resultado judicial. Essa é uma grande expectativa. Porém, nós temos que discutir o caso, em razão de vários pontos que estão sendo levantados sobre a atuação de órgãos do Governo.

Nesse sentido, passa-se a idéia, que já é comum na história recente brasileira, de se achar os culpados. Neste caso, há vítimas e cúmplices. Mas já se culpou o Valdomiro Diniz. Delúbio Soares assumiu toda a responsabilidade. Ultimamente, no caso dos cartões corporativos, o Aparecido assumiu a responsabilidade. E agora parece que quem vai assumir toda a responsabilidade será o Francisco Ambrósio. E o processo de desmoralização do Delegado Protógenes, somado a eventuais erros que foram cometidos na operação é que vão ser analisados.

Mas, por outro lado, há um argumento que parece ser muito cômodo: do descontrole — como se houvesse descontrole nos órgãos de inteligência e de segurança. Isso é muito cômodo para a direção, é muito cômodo para o Governo. Por isso é que nós pedimos a convocação do General Félix. Teremos, a pedido de V.Exa., a convocação do Ministro da Defesa, já aprovada e em dada a ser agendada. Por isso pedimos a convocação do Ministro da Justiça, Tarso Genro, por estarem subordinado ao Ministério da Justiça e a ele órgãos de segurança que têm trabalho conjunto, inclusive com a ABIN, para saber se existe descontrole — isto é grave para o Governo —, ou se o descontrole é um argumento muito cômodo para justificar uma série de fatos que ainda vão surgir.

Então, com o objetivo, Dr. Paulo, de entender um pouco mais o trabalho da Agência, as perguntas, entenda, em respeito à instituição — também me somo ao Presidente e aos demais Parlamentares, como o Dr. Laerte e o próprio Relator: é preciso fortalecer a Agência, a necessidade de uma Agência de Inteligência do Governo — serão com o objetivo de confrontar com depoimentos já realizados e com fatos que provavelmente ainda serão divulgados.

O primeiro ponto, para constar, Presidente — vou entregar ao Relator —, é a entrevista dada hoje pelo Dr. Protógenes ao jornal *O Popular*, de Goiânia. Eu peço



aqui, em público, que o Dr. Protógenes fale, e fale mais. Ou mata ou morre, porque senão vai sobrar para ele. Mas hoje ele já dá um sinal desta reação. É evidente que a entrevista é longa, mas eu destaco 2 perguntas.

A chamada é: “*Criam investigação para produzir prova a bandido*”.

A primeira pergunta que eu destaco é a seguinte:

“*O senhor sofreu retaliações dentro da Polícia Federal pelo seu trabalho na Operação Satiagraha?*”

Ele respondeu:

“A retaliação vem, mas a própria sociedade já identifica. A coisa ficou tão notória, tão absurda, que se criam investigações para produzir prova para o bandido. Não vou entrar no mérito se as investigações atuais da Polícia Federal estão destinadas a isso, mas a pretensão da defesa é que se colete os dados obtidos nas investigações que foram produzidas paralelamente que porventura venham a beneficiá-los no futuro, na investigação principal e na ação penal.”

Segunda pergunta:

“Inclusive os advogados do Daniel Dantas já afirmaram que vão usar a participação de Francisco Ambrósio do Nascimento (servidor aposentado da Aeronáutica) nas investigações para invalidar as provas colhidas. Alegam que ele não faz parte dos quadros da Polícia Federal.”

Ele respondeu:

“Ele participou, sim, da operação, mas existe um dispositivo legal que prevê a figura do colaborador eventual. Mas ele ficou pouco tempo na operação, é um analista e desempenhou o papel dele a pedido nosso. A todo tempo ele cumpria expediente na sede da PF.”

E, por fim:



“Como se viu saindo da condição de herói, que prendeu pessoas poderosas suspeitas de corrupção, e de repente passou a ser atacado e ter o trabalho duramente questionado?”

Ele responde:

“Dá um pouco de tristeza de ver algumas posições sem muita clareza e sem muita explicação para o que se pretende. Mas, por outro lado, são atitudes que cada vez mais me enchem de vontade de persistir no trabalho de combater a corrupção. Na Satiagraha, fiquei uma semana trancado numa sala à base de biscoito e café. Fiquei com seqüelas da operação, passei alguns dias gago e com perda temporária de memória. Mas se me dediquei muito naquela ocasião, agora vou trabalhar dobrado.”

Eu vou pedir a juntada também dessa entrevista. É a primeira declaração pública do Dr. Protógenes. Mas esses dados vão ajudar a formar a convicção final, evidente, do Relator, e da CPI com relação a alguns temas. E a partir daí eu passo as perguntas ao Dr. Paulo, sempre lembrando e já registrando que há contradição no depoimento do senhor, do General Félix, do Dr. Paulo Lacerda. Não defendo aqui uma acareação, não entendo que seja esse o caso, mas ao final de alguma maneira isso vai ter que ser tratado pela Comissão. Eu acho que o pior, e lamento, é se isso for enviado ao Ministério Público e tiver consequência de natureza criminal, até por crime funcional e por falso testemunho. Mas de qualquer maneira farei os questionamentos.

Na semana passada, apesar de o senhor já ter dito de não ter contato com Francisco Ambrósio, o senhor se reuniu com ele para tratar da defesa dele no depoimento à Polícia Federal, sábado?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor. Não para tratar da defesa. Eu, quando soube que ele iria ser... iria sair a reportagem, eu conversei com ele informando a ele que a reportagem iria sair.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Como é que o senhor soube?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Porque já estava circulando pela imprensa de...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Que dia foi isso, o senhor lembra?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sexta-feira.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor se encontrou com ele na sexta?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E com o Dr. Renato Porciúncula?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor se encontrou com ele também na semana passada, para tratar do mesmo tema?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E para preparar eventualmente a defesa...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não, não, não, não...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - ... ou a estratégia?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não houve isso, não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E com os advogados do Dr. Francisco, Dr. Cleber Oliveira e Dr. Mozart, o senhor se encontrou?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Com relação a algumas perguntas, Sr. Presidente, para entender até o papel do Dr. Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para lembrar ao depoente, V.Exa. colocou muito bem, porque houve uma pergunta feita anteriormente em que ele diz que não vê o depoente há 10 anos.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quinze anos, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E agora ele declina que esteve com o depoente na sexta-feira, em função da pergunta de V.Exa., então....

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Só peço muita atenção...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Claro, não, com certeza. Essa... Não houve uma reunião, o que houve, quando eu soube que ia sair, porque



já estava correndo pela imprensa... Foi avisado a ele que iria sair, não houve nenhuma estratégia de defesa, nada. O que foi falado para ele, orientado, é que ele procurasse a Polícia Federal para prestar o seu depoimento, e isso aí muito para que ficasse esclarecido, porque aquela reportagem colocava o Sr. Ambrósio como o coordenador de um trabalho que a ABIN tinha feito. Naquele momento foi feita uma tentativa de se saber o que tinha acontecido.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Agora, só para saber, Dr. Paulo Maurício, a título de que ele foi informado? Foi uma informação da ABIN para ele, foi informação do senhor, como pessoa, por que ele teria sido informado? Eu só queria saber em que contexto ele recebeu essa informação.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, eu vou lhe explicar. Quando começou, na sexta-feira, a correr notícias, *e-mails* de que iria sair uma reportagem na *ISTOÉ*, inclusive colocando o Sr. Ambrósio como o principal articulador dessa coisa, e que ele seria o coordenador de ações da ABIN, justamente aí foi uma ação minha, para quê? Para tentar esclarecer, porque nós já vínhamos, eu já vinha há alguns dias sofrendo essa situação. Fui afastado da minha função, e aí a única intenção naquele momento era esclarecer os fatos e saber dele se realmente ele tinha coordenado alguma coisa, porque às vezes essas coisas fogem ao controle. E naquele momento ele afirmou que não, que não tinha coordenado nada, e que ele tinha sido contratado pelo Delegado Protógenes. E aí eu conversei com ele e falei que ele deveria procurar a autoridade policial, não caberia à ABIN em nada. Ele teria que procurar por que? A partir do momento em que saísse uma reportagem em uma revista de grande circulação, ele iria ficar exposto e aí ele poderia falar a verdade dele.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas o senhor tinha informação, agora, neste momento, que ele já tinha trabalhado nesta operação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Antes, não. Eu fiquei sabendo depois. É isso que.... Quando a coisa começou a acontecer e falaram que o Ambrósio, Sr. Ambrósio estava participando dessa operação, e que a revista ia publicar como ele sendo o grande articulador dessa situação, aí foi um... eu fiquei preocupado. Por que? Nós, eu era o responsável, eu já estava afastado da minha função. Se eu e nem a pessoa que ficou encarregada de montar as equipes



procurou o Sr. Ambrósio para escalá-lo ou contratá-lo, seja o que fosse, eu me assustei. E aí eu fui procurar saber, aí sim, como uma ação isolada minha, aí sim como já de atividade de inteligência... Eu não poderia ficar naquele momento sem saber o que estava acontecendo. Eu já estava afastado, e mais uma surpresa para mim, que iria acontecer! E eu procurei para saber realmente o que tinha acontecido. E ele me falou na ocasião que ele participava dos trabalhos, como eu falei anteriormente, e que ele teria sido contratado pelo Dr. Protógenes, como ele mesmo fala nessa reportagem, que o contratou. Agora, se era com verba secreta e tal, não sei. Ele prestava um serviço.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, eu acho que seria oportuno agora nós transformarmos essa audiência em reservada. Eu acho muito oportuno. Porque eu acho que o Paulo Maurício tem muita coisa para conversar conosco. E eu tenho certeza que o Paulo Maurício vai colaborar conosco. Eles estão isentos de qualquer culpa naquele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se ele disser que vai colaborar e que quer informar, eu a transformo em reservada. Agora, transformar em reservada para não ouvir nada, eu não vou transformar.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu perguntaria ao Paulo Maurício se era possível a gente fazer essa conversa, pelo sentido....

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Reservada tem que ter requerimento e ser votado, não, Sr. Presidente? Agora, com relação aos requerimentos, eu tenho.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu acho, Paulo Maurício, que era uma oportunidade de a gente conversar e esclarecer muitas coisas, porque você vai contribuir muito, não só para a CPI, mas para todo o País. Nós estamos passando por um momento terrível no nosso País, onde se grampeou o Presidente do Supremo Tribunal. Isso é gravíssimo. Então, nós precisamos da sua colaboração. Nós temos certeza. Eu tenho certeza que você não tem nada a ver com esse grampo, nem a ABIN tem nada a ver com esse grampo. Mas você tem informações que são muito importantes para nós. Nós poderíamos transformar isso, a gente conversaria e ficaria praticamente compartimentado isso, e nós teríamos uma produção de prova mais importante para a nossa CPI.



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Excelência, eu não tenho conhecimento de quem fez esse trabalho do grampo, o que eu...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Mas a conversa que você teve com o Ambrósio é muito importante a gente saber. É muito importante a gente saber detalhes dessa conversa.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu não teria problema nenhum eu falar sobre a minha conversa com o Ambrósio.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Você pode falar aqui ou você quer falar reservadamente?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu gostaria de falar reservadamente.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Aí, Sr. Presidente, seria uma boa oportunidade.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, eu pediria, só para continuar, agradeço ao Delegado Laerte, que seria muito importante para as informações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu pediria, então, que V.Exa. fizesse as perguntas abertas, e que se fosse o caso, transformar em reservada.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu o agradeço, Sr. Presidente. Até para continuar, Dr. Paulo, um outro tema: o General Félix afirmou aqui, à página 30, 94 do depoimento dele, que o Dr. Campana foi quem coordenou esse trabalho junto à Polícia Federal. E no mesmo depoimento ele afirmou, (*pausa*) enfim, à página 32 e à página 94, Sr. Presidente, ele afirma que “a operação começou no nível regional e à medida que a cooperação foi exigindo mais apoio, mais gente, então, essa operação foi subindo de nível e chegou ao Diretor-Adjunto, que fez a coordenação dessa colaboração”. Ou seja, o senhor insiste em afirmar que não sabe quem coordenou esse trabalho da ABIN com a Polícia Federal?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não. Eu... a coordenação desse trabalho, o Dr. Campana, ele é o Diretor-Adjunto. Então, cabe a ele coordenar toda a atividade... A ABIN está estruturada em 2 áreas: uma administrativa, de planejamento, e outra que se chama Diretoria de Ações de



Inteligência. O Dr. Campana é o diretor dessa área. O meu departamento fica subordinado ao Dr. Campana. Talvez nessa declaração, Sua Excelência, pudesse... do Ministro, ele tenha falado isso em função disso. Porque o responsável maior seria o Dr. Campana, mas quem na realidade quem coordenou foi o departamento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Bom, vou fazer algumas perguntas estruturais e da sua história na ABIN. O senhor é ou foi representante da ABIN no COAF?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Em que período?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Ah, eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Como a ABIN processa as informações que são obtidas junto ao COAF? Qual é o grau de acesso da ABIN às informações financeiras do COAF? Total ou reservado?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, a ABIN não tem acesso. Eu era simplesmente Conselheiro e participava das reuniões do Conselho. Não havia troca. A ABIN não acessa dados do COAF.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então, está registrado: não acessa.

Há colaboração entre as Superintendências Estaduais da ABIN e as polícias locais?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas acesso inclusive a informações sigilosas, ou não?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - As Superintendências Estaduais?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Da ABIN, com as Polícias Civis.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Mas que tipo de informações?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Acesso, por exemplo, a dados sigilosos.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Dados...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Provenientes, por exemplo, de escuta telefônica.



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A imprensa divulgou, em junho de 99, que o senhor recebeu verbas secretas da Subsecretaria de Inteligência do Palácio do Planalto. É bem possível que o senhor, ao longo da sua carreira, desde dos tempos do SNI, tenha feito uso de tais verbas em várias oportunidades. Como essas verbas secretas são empregadas? Qual é o controle das autoridades superiores da ABIN sobre o uso dessas verbas?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Isso aí, vários servidores são supridos de verba secreta dentro da instituição, e elas são empregadas com atividades de operações. Eu e vários outros... Essa notícia saiu algumas vezes. Mas porque, realmente, eu recebi verbas secretas já. E essa verba, ela é gasta em função de operações de inteligência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É possível que agentes estejam utilizando essa verba para a compra de equipamentos de escuta ou para a montagem de equipamentos de escuta, sem que os superiores e a Corregedoria da ABIN tenham conhecimento?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, eu acho que fica muito difícil. A nossa verba secreta, ela tem todo um procedimento de auditagem, uma auditagem interna, uma auditagem da CISET e uma auditagem do TCU. E esses equipamentos — eu não sei se V.Exa. está se referindo à máquina, à máquina —, eles são muito caros.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não me refiro à máquina.

Daí, eu faço outra pergunta, que eu tenho feito a todos os ex-dirigentes da ABIN e ao General Félix também: com base numa auditoria do Tribunal de Contas da União, há a relação da utilização desses recursos, em espécie, e até do cartão corporativo, para a compra de equipamentos que, em tese, permitem a montagem de um aparelho de escuta. O senhor tem conhecimento disso? É possível que isso tenha acontecido, ou não?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Pode ter acontecido. Nós temos um Departamento de Tecnologia, que eu não sei qual é a estrutura, como esse departamento trabalha. Os departamentos de, como nós chamamos, de



atividade fim, eles têm o seu orçamento definido no ano anterior, e essa verba, ela não se destina à compra de materiais.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A contra-inteligência tem por objetivo evitar que os dados para o Estado brasileiro sejam descobertos, dados estratégicos. Está aí o exemplo da PETROBRAS. Isto exige — eu acho que o senhor vai concordar — um profundo conhecimento dos variados sistemas de espionagem, de modo a permitir o desenvolvimento de técnicas e condutas voltadas a combatê-las. Correto?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Correto.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Como se dá o controle da ABIN das técnicas de escutas ambientais e de interceptações telefônicas? Como a ABIN se mantém atualizada nas técnicas de escuta e interceptação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - A ABIN, ela não faz escuta telefônica. Ela não...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não, não. Eu não me referi... Eu não afirmei, ainda.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Certo, desculpa.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas eu estou perguntando ao senhor como a ABIN, ela se contrapõe ou se previne à possibilidade de escuta, por exemplo, no gabinete do Presidente da República.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Nós temos um Departamento de Tecnologia que se dedica ao estudo dessa matéria.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É possível afirmar que os agentes de contra-inteligência dominem as técnicas de escuta e interceptação para evitar que sejam utilizadas contra o Estado brasileiro?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - É possível.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Como a ABIN estuda os aparelhos de escuta e interceptação que são por ela combatidos? Esses equipamentos estão à disposição da Agência? A Agência tem acesso ou é simplesmente teórica, não existindo um treinamento prático?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, é... V.Exa. podia repetir, por favor?



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu estou na linha de perguntar ao senhor...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - ... se há um trabalho de contra-inteligência para dominar as técnicas e, portanto, agir de forma preventiva. Então, como a ABIN estuda esses aparelhos que são por ela combatidos? Esses equipamentos estão à disposição da Agência? Estão à disposição de terceiros que emprestam à Agência ou o trabalho dos agentes da ABIN é meramente de preparação teórica?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não. Como eu já informei para V.Exa., nós temos um Departamento de Tecnologia que tem essa competência de estudar todos esses equipamentos e depois repassar a experiência para outros agentes, para outros servidores.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas como é que se dá esse trabalho? O senhor, como Diretor de Contra-Inteligência...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É na Internet, nos livros?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Em todas as fontes de pesquisa possíveis. Se o senhor... Eu tenho aqui... Eu trouxe para os senhores 2 sites em que V.Exa. pode entrar e ver máquinas que são vendidas aqui em países...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E isso é suficiente para preparar a ABIN nessa ação de contra-espionagem do Governo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não é suficiente. Hoje nós temos carência de pessoal técnico para fazer esse trabalho.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Naquela operação da Kroll, qual foi o trabalho do Departamento de Contra-Inteligência para verificar a denúncia de que o Ministro Gushiken foi investigado por uma empresa privada?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, eu não estava nessa situação. Eu estou agora no Departamento de Contra-Inteligência há 5 meses e não sei. Eu posso até procurar saber essa informação, mas eu não é do meu conhecimento como foi feito isso aí.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E nesses casos, qual é o procedimento do setor de contra-inteligência?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - É investigar para ver se realmente tem uma empresa estrangeira atuando no País.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O episódio relativo aos contatos entre o ex-Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e o Chefe de Gabinete do Presidente Lula, Dr. Gilberto Carvalho. Primeiro, esse contato institucional utilizado para elucidar as dúvidas é corriqueiro na ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, eu não tenho conhecimento, porque isso fica num nível mais alto dentro da instituição. Então, no nosso nível, eu não tenho conhecimento. Nunca recebi nenhuma ligação para esse tipo de confirmação.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Como Diretor de Contra-Inteligência, quando o senhor teve conhecimento da divulgação de uma gravação envolvendo o Chefe de Gabinete da Presidência da República, qual o procedimento adotado pela ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - A ABIN, nesse episódio, ela não fez nenhum trabalho específico.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas não é função da ABIN justamente assessorar o Presidente e seus assessores...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - ... diretos? E por que não houve essa iniciativa da ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não sei lhe informar. Eu não estava à frente do Departamento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Bom, mas a ABIN pediu ao Ministério da Justiça, ao Ministro Tarso Genro, a abertura de inquérito policial para investigar os fatos. Por que provocou a Polícia Federal e não a ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - V.Exa. me desculpe, mas eu não estava à frente do Departamento. Então, eu não sei como se procedeu essa situação.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quando o senhor assumiu o Departamento?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Em abril desse ano.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Diante das afirmações que o senhor faz ao trabalho do Dr. Protógenes, o senhor considera que a Polícia Federal... — e aqui eu falo em respeito à instituição Polícia Federal — está em condições de realizar esta operação de investigação sobre os trabalhos da ABIN?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu acredito que sim. Eu tenho toda a confiança que ela fará um trabalho isento, sem nenhuma...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor tem informação de que outras gravações envolvendo o Chefe de Gabinete Gilberto Carvalho estão à disposição do Dr. Protógenes?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Como Diretor de Contra-Inteligência, o senhor tem informação de que há investigação nesta operação relativa à fusão Brasil Telecom/Oi?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não, não tenho.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Como Diretor de Inteligência da ABIN, de assessoramento direto ao Presidente da República, o senhor tem informação de que nessa investigação há informações sobre a política nacional de defesa?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não tenho, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Antes de abril, onde o senhor estava?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Oi?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Antes de abril.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Antes de abril, eu era Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Desculpe, Coordenador...

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Geral de Operações de Contra-Inteligência.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quer dizer, o senhor já estava na área de contra-inteligência da Agência?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Sim, só que dentro... A parte que trabalha em campo, ela recebe *input* e não... Na nossa estrutura, nós temos uma área de análise que solicita, para que a área operacional obtenha maiores dados sobre...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Em seu primeiro depoimento a essa CPI, o Dr. Paulo Lacerda afirmou que a ABIN não tem autoridade para as interceptações. Mas, pelo menos em 2 momentos distintos, informou que advertiu os agentes de que, se efetassem escutas, estariam por sua conta e risco e que não teriam nenhum apoio da administração. Nesse mesmo depoimento, o Diretor da ABIN reconheceu a possibilidade de desvios na condução de interceptações telefônicas, afirmando que "muitas vezes pode ser até que a autoridade judicial não saiba exatamente quem é que está realizando aquele trabalho de monitoramento. O juiz não vai perguntar: 'Olha, quem é o policial que vai fazer isso aqui?' Então, disso aí, disso aí podem acontecer esses desvios". Fecha aspas.

O senhor, na qualidade de Diretor de Contra-Inteligência da ABIN, tem conhecimento desses desvios que possam ter ocorrido na Agência, ou de seus subordinados?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Existem permanentemente ações numa área que nós chamamos de segurança corporativa, que faz parte do Departamento de Contra-Inteligência. Atualmente, nós não temos nada identificado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Em sua carreira, quais e quantos casos desse tipo foram apurados e punidos?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Tenho conhecimento de 1 caso que está na Justiça. É de um servidor da ABIN que, eu acho que, já, inclusive, se eu não me engano, foi condenado em primeira instância

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor não acha que há uma tradição de acobertamento por parte dos órgãos de inteligência desses casos, ou não?



O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não. Eu acho que esse caso aí, que aconteceu, ele seguiu os trâmites legais, e a decisão da Justiça agora está se aguardando.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mais algumas perguntas, Sr. Presidente. Eu insisto: pelo seu conhecimento na área de contra-inteligência, a ABIN — não me refiro à maleta ou equipamento que está sendo periciado — conta com pessoas ou com o material necessário para a montagem de equipamentos de escuta?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, que eu tenha conhecimento, não. Para montagem, que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É possível que esses equipamentos tenham sido montados à revelia dos superiores?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Olha, eu acho muito difícil.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - No caso do Supremo Tribunal Federal, a ABIN foi acionada ou tomou a iniciativa de verificar o porquê das denúncias feitas pelo Presidente do Supremo?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não sei informar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Pela sua experiência, o Supremo mantém algum contato institucional com a ABIN para a preservação dos dados de comunicações dos Ministros daquela Corte?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A ABIN já esteve nas instalações do Supremo para o desempenho de atividades de inteligência ou de contra-inteligência?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Por fim, qual foi o papel do Dr. Renato Porciúncula nessa operação?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Eu desconheço a participação do Dr. Renato em algum momento. Em nenhum momento o Dr. Renato conversou com alguém da minha equipe ou comigo sobre essa operação.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Por fim, Presidente, só para constar aqui, diante dos depoimentos do General Félix e do Dr. Paulo: o General Félix fala em compartilhamento do sistema de informações entre a ABIN e demais órgãos, aqui incluindo a Polícia Federal, e o Dr. Paulo afirma que o único contato que teve com o Dr. Protógenes foi para solicitar equipamentos e material. Quer dizer, pela sua formação e pelo seu papel na ABIN, que tipo de equipamento e que tipo de compartilhamento pode ter sido realizado, em especial com os analistas da ABIN trabalhando na Polícia Federal?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Especificamente na Operação Satiagraha?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Isso.

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - O senhor diz que o Diretor-Geral teria conversado com o Dr. Protógenes para pedir equipamentos? Eu desconheço essa conversa entre o Diretor-Geral e o Dr. Protógenes.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor entrou com o Dr. Paulo Lacerda na Diretoria ou não?

O SR. PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO - Não, eu entrei agora em abril de 2008, após uma restruturação dentro da Agência. Eu não conhecia o Dr. Paulo Lacerda. A indicação da Diretoria Adjunta de Inteligência, que é composta por 4 departamentos, ficou a cargo do Dr. Campana. A minha escolha foi do Dr. Campana. Eu nunca tinha tido contato, em nenhum momento, com o Dr. Paulo Lacerda.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, é isso. Só registro novamente que a expectativa quanto a essa sessão reservada é muito relevante, e a Oposição vai denunciar se, ao final, sobrar a responsabilidade só a esse senhor, Francisco Ambrósio, que não conheço, nós vamos votar o requerimento, e ao Dr. Protógenes, por mais erros que tenha cometido naquela operação. Agora, nós vamos denunciar se houver alguma estratégia de isolamento e de preservação desses profissionais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só quero dizer a V.Exa. que denunciar irregularidades e erros de quem quer que seja não é um privilégio da



Oposição. Todos nós estaremos unidos na denúncia da prática de qualquer ilegalidade ou irregularidade de quem quer que seja, e é bem-vinda por parte da Oposição, do Governo e até mesmo daqueles que não são Oposição nem Governo, os que pautam o seu trabalho pelo que é técnico, pelo que é correto, pelo que é legal. E eu agradeço então a V.Exa. essa manifestação.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Deve ser. Agradeço. De forma alguma, qualquer provocação, mas, pelas informações que chegaram no dia de hoje, que evidentemente na sessão reservada poderão ser apresentadas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Antes de transformar a sessão em reservada, eu gostaria de votar os requerimentos que estão pauta, e alguns suscitarão algumas discussões. Eu pediria que nós aprovassemos o maior número possível, para que possamos continuar os trabalhos da Comissão.

Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, para que não haja prejuízo e nós possamos ouvir a outra testemunha, nós estamos apenas 5 requerimentos. Três deles porque já existe uma posição, segundo o próprio Relator, que é a questão das informações sobre cartão corporativo, que só pode ser visto lá ou então há uma decisão. Então, o 2, o 3 e o 4, o 20 e o 23. Esses 5 nós votaríamos todos os outros, podendo o próprio Ministro, que já se colocou à disposição hoje para vir aqui, é que fosse transformado o depoimento em convite, que podemos votar na próxima semana, a partir da conversa que V.Exa. tiver com o mesmo, que ele pode vir aqui como Ministro, como convidado, prestar as informações. Para que não seja solicitada verificação e não se prejudiquem os trabalhos, nós queremos fazer esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que é uma proposta que merece ser discutida pelos Deputados. Se não houver nenhuma manifestação em contrário, eu vou primeiro passar a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, primeiro, eu considero muito importante termos atingido o *quorum* hoje, mesmo com a Casa vivendo um recesso branco. É uma manifestação de compromisso dos Deputados para com os trabalhos da Comissão. Apesar disso, é evidente que temos *quorum* na



Casa, mas, neste momento, o *quorum* não se manifesta na Comissão. Portanto, teríamos que produzir um acordo para votar requerimentos importantes, como a própria convocação do Sr. Francisco Ambrósio.

Nesse sentido, a sugestão que faço, haja vista precedentes anteriores na CPI dos Cartões Corporativos, que eu acompanhei, onde decisões tanto do Tribunal de Contas da União como do Supremo determinaram que dados considerados sigilosos de determinados órgãos, como Presidência da República, Agência Brasileira de Inteligência e outros, só podem ser disponibilizados em situação muito excepcional lá no Tribunal de Contas da União, eu ponderei ao Deputado Jungmann e outros que pudéssemos retirar da pauta esses requerimentos para fazermos um estudo mais detalhado de como podemos obter essas informações.

Em relação ao Ministro Tarso Genro, ele já manifestou vontade de vir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, não seria necessária a aprovação de um requerimento de convocação deste. Faremos um convite a ele.

O Deputado Marcelo Itagiba e também o Deputado Luiz Couto consideram que não seria o momento ainda de aprovar o Requerimento nº 23. Ficaria também para um segundo momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A oitiva do Ambrósio nós podemos aí analisar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tem que voltar à pauta.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, no sentido de contribuição e até no papel do magistrado e neutralidade do nosso Presidente, há 2 sugestões. A primeira: com relação aos requerimentos do Tribunal de Contas, entendo ser compreensível a preocupação e não tem sentido fazer disso mais uma queda-de-braço. Quando nós fizemos a apresentação, não foi para ter acesso aos dados do cartão corporativo. O único dado em que eu insisto é aquele ponto indicado na auditoria. Mas, de qualquer maneira, para evitar esse ponto, verificar essas auditorias que não estão sob sigilo, particularmente 3, que já foram inclusive divulgadas na Internet. A nossa intenção é ter acesso aos anexos. Se for possível, também pedir uma assessoria do Tribunal de Contas da União, até com a designação de algum auditor ou técnico, para ajudar na compreensão desses dados.

Então, acho compreensível e abro mão.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para esclarecer a V.Exa., o requerimento do Deputado Raul Jungmann, nós já conversamos com ele, fala de dado sigiloso. Dado sigiloso não é publicado em relatório. Por isso, estamos vendo como vamos tratar esse nível de compartilhamento dessa informação, como aconteceu essa discussão lá na CPI dos Cartões corporativos.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Perfeito, é que eu me referi ao Requerimento nº 4, que é de nossa autoria. Portanto, falaria só sobre ele.

Com relação à convocação do Ministro da Justiça, também comprehendo, vamos dizer, que o embate de forma alguma deve prejudicar o avanço dos trabalhos. Mas eu quero também que V.Exa. entenda que de forma alguma é para criar aqui uma situação de constrangimento ou um processo de desmoralização ou desacreditar ou expor negativamente o Ministro da Justiça. Há fatos que foram denunciados recentemente que já estão sendo debatidos. Mas há uma questão estrutural da maior importância para o futuro do relacionamento dos órgãos de segurança e inteligência do País. Ouvimos o General Félix, vamos ouvir o Ministro da Defesa e entendo natural ouvirmos o Ministro da Justiça. Como há essa indicação de que o próprio Ministro já se dispõe a vir aqui, na condição de convidado, não há dificuldade. Essa questão da convocação é porque o Regimento nos impõe; é matéria constitucional. Então, da nossa parte se transforma, sem problema, o pedido de convocação em convite. Evidentemente, se surgir algum problema, alguma fato novo, na seqüência, se modifica, mas sem restrição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como S.Exa. já se prontificou a vir, basta o Presidente marcar a data. Não há que fazer convite ou convocação, uma vez que já se apresentou.

Então, o acordo é não votarmos o 2, o 3 e o 4, o 20 e o 23. E os outros todos nós votaremos em globo, para termos oportunidade de ouvir a segunda testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou pedir a V.Exa. apenas a compreensão para que a gente transforme em convite, porque convite não gera a obrigação convocatória, embora S.Exa. já tenha dito que aqui deseja comparecer, Deputado Luiz Couto. Até porque, se não houver a aprovação da vinda, não há como vir.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, posso dar uma sugestão? Ela é muito prática. Acho que poderíamos suspender a oitiva do Ailton Carvalho de Queiroz, e não transferi-la. Acho que não há mais a necessidade de ouvir o Sr. Ailton, mesmo porque, pelo meu entendimento, trata-se de um fato que aconteceu lá no Supremo, de uma possível freqüência irradiando a sala do Ministro. Aquilo já não é tão interessante mais para a nossa CPI. Talvez a oitiva dele não seja mais necessária. Nós poderíamos dispensá-lo.

A outra é mais audaciosa: nós votarmos os requerimentos por item, votando um a um, porque todo mundo já leu aqui os requerimentos. Quem discordar de algum item que se pronuncie. Eu acho que andaríamos bem mais rápido na nossa Comissão e seríamos mais objetivos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, o Deputado Gustavo Fruet aceita que nós ouçamos a figura que tem várias convocações aqui, o Ambrósio, e que retiremos de pauta o 23, que podemos colocar em outro momento, depois da oitiva dele. E aceitamos a questão do convite. Que seja votado em globo, tirando o 2, o 3, o 4 e o 23, e transformando o 20 em convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Feito o acordo por V.Exas., só me cabe chancelá-lo e dispensar, então, a testemunha do Supremo Tribunal Federal. Se for o caso, remarcaremos em outra data, para que possamos otimizar os trabalhos.

Vou colocar em votação os requerimentos.

Item 1 da pauta.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós solicitamos, Sr. Presidente, que seja votado em globo. É só anunciar e depois nós votamos todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, eu lerei todos eles e depois os senhores votarão todos ou vou ler cada um deles e os senhores votarão cada um deles?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Sr. Presidente, eu sugiro a leitura de todos, excluindo, evidentemente, os objetos de acordo, e apoiamos em globo, se não houver problema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Há uma norma que estabelece um por um, e podemos fazer isso rapidamente.

O SR. DEPUTADO - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Item 1 da pauta.

Requerimento nº 150, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o item 1 da pauta, Requerimento nº 150, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o item 1.

Itens nºs 2, 3 e 4 foram retirados de pauta.

Item 5.

Requerimento nº 186, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 6 da pauta.

Requerimento nº 189, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 7 da pauta.

Requerimento nº 190, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Item 8 da pauta.

Requerimento nº 191, de 2008, que é de minha autoria.



Peço, então... Vou colocar o item 8 para ser o último da pauta, a fim de que não haja solução de continuidade dos trabalhos aqui.

Item 9 da pauta.

Requerimento nº 143, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 10 da pauta.

Requerimento nº 171, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 11 da pauta.

Requerimento nº 172.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 12 da pauta.

Requerimento nº 174, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Item 13 da pauta.

Requerimento nº 175, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.



Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 14 da pauta.

Requerimento nº 176, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 15 da pauta.

Requerimento nº 179, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 16 da pauta.

Requerimento nº 181.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 17 da pauta.

Requerimento nº 184, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 18 da pauta.



Requerimento nº 188, de 2008, de minha autoria e do Deputado Nelson Pellegrino, que “aborda os outros que já foram anteriormente votados, razão pela qual não há nenhum prejuízo”.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 19 da pauta.

Requerimento nº 177, de 2008.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 20 da pauta.

Modificando-se, segundo solicitação do Deputado Gustavo Fruet, a convocação do Ministro da Justiça para convite.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação o Requerimento nº 178, que convida o Sr. Ministro de Estado Tarso Genro a comparecer a esta Comissão.

Aqueles que aprovam o requerimento de convite permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Os itens 21 e 22 da pauta tratam da mesma solicitação, que são os Requerimentos nºs 181 e 182, de 2008, que “requerem a convocação do Sr. Daniel Lorenz, Diretor de Inteligência do Departamento de Polícia Federal”.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-los, em votação.

Aqueles que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Estão aprovados.

O item 23 foi retirado da pauta, por solicitação de um de seus autores.

Item 24 da pauta.



Requerimento nº 187, de 2008, de minha autoria e do Deputado Nelson Pellegrino. Como há requerimentos do Deputado Nelson Pellegrino, coloco esse requerimento em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento como de autoria do Deputado Nelson Pellegrino.

Todos os requerimentos foram votados, exceto aqueles que, por acordo, foram retirados e o item 8 da pauta, que eu havia...

Vou pedir ao Deputado Raul Jungmann que assuma a Presidência para colocá-lo em votação.

Passo neste ato a Presidência ao Deputado Raul Jungmann para discussão e votação do Requerimento nº 191, de 2008, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Em discussão o Item 8 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Em discussão o Item nº 8 da pauta, requerimento nº 191, de 2008, do Sr. Presidente Marcelo Itagiba.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Raul Jungmann.

Aprovados os requerimentos, eu vou transformar esta reunião em uma reunião reservada.

Peço a todos aqueles que não são membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que, por favor, aguardem fora do recinto.

Em deliberação a transformação em reservada.

Há alguém que se oponha? (*Pausa.*)

Não havendo quem se oponha, está transformada em reservada.

Portanto, vou interromper os trabalhos pelo prazo de 5 minutos para que possamos preparar a sala.

(*Reunião reservada.*)